

Manual de participação em assembleia e Proposta da administração

Assembleia Geral Ordinária

📍 Data: 20 de junho de 2024
Horário: 10h
Exclusivamente virtual



ÍNDICE

1.	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
2.	MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO	5
2.1	Participação na AGO (de forma exclusivamente digital)	5
2.2	Participação na AGO por meio de boletim de voto a distância (BVD)	7
2.3	Regras para instalação da AGO	8
2.4	Aprovações das matérias objeto da ordem do dia	9
3.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	10
	Anexo A – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (SEÇÃO 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	12

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ 05.197.443/0001-38

NIRE 23300039271

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da **Hapvida Participações e Investimentos S.A.** (Companhia) a se reunirem em assembleia geral ordinária, a ser realizada no dia 20 de junho de 2024, às 10 horas (AGO), de modo exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico e com a possibilidade de envio do boletim de voto a distância (BVD), a fim de deliberar sobre a ordem do dia abaixo indicada:

- (i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do respectivo relatório da administração, notas explicativas, relatório dos auditores independentes e demais documentos aplicáveis.

Informações gerais

Nos termos da legislação aplicável, a AGO será realizada por meio da plataforma digital Teams, sem a possibilidade de comparecimento físico. Além disso, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o envio do BVD.

As informações detalhadas relativas à participação na AGO estão disponíveis no manual de participação em assembleia e nesta proposta da administração que, juntamente com os demais documentos previstos em lei e na regulação aplicável, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>), no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) (https://www.b3.com.br/pt_br/).

Para participar da AGO através do sistema eletrônico, os acionistas deverão solicitar o cadastro prévio, mediante o envio de solicitação por e-mail à Companhia para o endereço ri@hapvida.com.br, até o **dia 18 de junho de 2024** (Data Limite para Cadastro Prévio), acompanhado da seguinte documentação:

Acionista pessoa física: (i) documento de identificação com foto do acionista (e do procurador, se aplicável); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia; e (iii) caso o acionista

se faça representar por procurador, o instrumento de mandato, na forma da lei e do estatuto social da Companhia.

Acionista pessoa jurídica: (i) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão competente; (ii) documento que comprove os poderes de representação, devidamente registrados no órgão competente; (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia; (iv) documento de identificação com foto do representante legal; e (v) em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao administrador ou gestor, conforme o caso.

Os acionistas que forem representados por meio de procuração deverão apresentar o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, §1.º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.).

A Companhia não exigirá a autenticação, o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos documentos de identificação dos acionistas, bem como de instrumentos de procuração outorgados a seus respectivos representantes. A Companhia também não exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa ou inglesa.

Não obstante a possibilidade do envio dos documentos de forma física, a Companhia solicita que, na medida do possível, os acionistas adotem a forma digital de envio.

Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento até a Data Limite para Cadastro Prévio juntamente com a documentação necessária **não** poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6.º, §3.º, da Resolução CVM n.º 81/2022 (Resolução CVM 81).

Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas exerçam o seu direito de voto mediante o envio do BVD por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do manual de participação em assembleia e proposta da administração.

Fortaleza, estado do Ceará, 20 de maio de 2024.

Candido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do conselho de administração

2. MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO

2.1 Participação na AGO (de forma exclusivamente digital)

Nos termos da legislação aplicável e do edital de convocação, a AGO será realizada de modo exclusivamente digital por meio da plataforma digital Teams sem a possibilidade de comparecimento físico. Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme o que dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.

a) Data Limite para Cadastro Prévio

Para participar da AGO, por meio do sistema eletrônico, os acionistas deverão solicitar cadastro prévio, mediante o envio de solicitação por e-mail à Companhia para o endereço ri@hapvida.com.br (**assunto: "Participação AGO 20.06.2024"**), até o dia **18 de junho de 2024** (Data Limite para Cadastro Prévio), inclusive, nos moldes descritos abaixo.

Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento até a Data Limite para Cadastro Prévio juntamente com a documentação necessária **não** poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6.º, §3.º, da Resolução CVM 81.

b) Documentação para cadastro prévio e representação

Acionista pessoa física: (i) documento de identificação com foto do acionista (e do procurador, se aplicável); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia; e (iii) caso o acionista se faça representar por procurador, o instrumento de mandato, na forma da lei e do estatuto social da Companhia.

Acionista pessoa jurídica: (i) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão competente; (ii) documento que comprove os poderes de representação, devidamente registrado no órgão competente; (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia; (iv) documento de identificação com foto do representante legal; e (v) em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao administrador ou gestor, conforme o caso.

Os acionistas que forem representados por meio de procuração deverão apresentar o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, §1.º, da Lei das S.A. Os acionistas pessoas jurídicas, além de por seus

representantes legais, podem ser representados por mandatários devidamente constituídos, não sendo necessário que o mandatário seja acionista, administrador da Companhia ou advogado¹.

A Companhia não exigirá a autenticação, o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos documentos de identificação dos acionistas, bem como de instrumentos de procuração outorgados a seus respectivos representantes. A Companhia também não exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa ou inglesa.

Não obstante a possibilidade do envio dos documentos de forma física, a Companhia solicita que, na medida do possível, os acionistas adotem a forma digital de envio.

c) Confirmação de cadastro e instruções de acesso

Os acionistas ou seus representantes que se habilitarem no prazo para participação, de modo digital, receberão um e-mail de confirmação de cadastro.

Em até 24 horas antes do início da AGO, a Companhia enviará aos participantes cadastrados um e-mail contendo o link, senha de acesso e demais informações necessárias para a participação por meio da plataforma digital.

Caso o participante cadastrado não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso, deverá entrar em contato com a Companhia até as 16h00 do dia 19 de junho de 2024, pelo e-mail ri@hapvida.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as instruções para acesso.

A participação por meio de tal plataforma digital conjugará áudio e vídeo/imagem, sendo que os acionistas ou representantes deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGO, com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações. A AGO será integralmente gravada.

A Companhia recomenda aos acionistas ou seus representantes que pretenderem participar da AGO que se familiarizem previamente com a plataforma, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da respectiva plataforma (por vídeo e áudio).

A Companhia também recomenda aos acionistas ou seus representantes acessarem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGO, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos que dela forem se utilizar.

Será de responsabilidade exclusiva do participante assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a plataforma digital. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (como,

¹ CVM, Processo CVM RJ2014/3578, j. em 04.11.2014.

por exemplo, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do seu equipamento com a plataforma digital).

d) Presença e manifestação de voto

Na data da AGO, o acionista devidamente cadastrado que registrar sua presença de modo digital por meio do sistema eletrônico será considerado presente e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e §1.º, da Resolução CVM 81.

Para otimizar os trâmites e a condução da AGO, salvo se a mesa indicar orientação diversa, quando uma matéria for colocada em votação, os participantes que estiverem de acordo com sua aprovação não deverão se manifestar. Nesse caso, o silêncio do participante (ausência de qualquer manifestação) será entendido e computado como aprovação da matéria.

Diferentemente, aqueles que queiram se manifestar, rejeitar a matéria, registrar abstenção ou, ainda, conforme o caso, alterar as orientações de voto dadas por meio do BVD, deverão utilizar a ferramenta disponibilizada pela plataforma para tanto, conforme orientações a serem passadas pela mesa no início da AGO.

2.2 Participação na AGO por meio de boletim de voto a distância (BVD)

Em atendimento à Resolução CVM 81, foi disponibilizado BVD pela Companhia, na presente data, nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<https://www.b3.com.br/>) na rede mundial de computadores, em versão passível de impressão e preenchimento manual.

Para adequada identificação do acionista no BVD, deverão ser preenchidos pelo menos os seguintes dados: (i) nome ou denominação social completa; e (ii) o número do cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF). O preenchimento do endereço de e-mail é recomendável, embora não seja obrigatório.

Para que o BVD seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante do quórum da AGO, (i) todos os campos deverão ser devidamente preenchidos; (ii) todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista (ou por seu representante legal, conforme o caso); e (iii) ao final, o acionista (ou seu representante legal, conforme o caso) deverá assiná-lo.

a) Orientações sobre entrega:

O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do BVD poderá:

- (i) preencher o BVD e enviá-lo diretamente à Companhia, no e-mail ri@hapvida.com.br (**assunto: "BVD AGO 20.06.2024"**), acompanhado de documento hábil de identidade do acionista ou de

seu representante legal signatário do boletim, e documentos que comprovem a representação legal, em conformidade com as instruções mencionadas acima;

- (ii) caso o acionista tenha ações da Companhia depositadas em instituições de custódia que prestem este serviço, transmitir as instruções de voto para o seu custodiante, que encaminhará as manifestações de voto recebidas à Central Depositária da B3, devendo observar os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; ou
- (iii) caso o acionista tenha ações da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de escrituração das ações da Companhia, transmitir as instruções de voto para o escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos por ele exigidos. A saber, no caso da Companhia, o Itaú Corretora de Valores S.A., CNPJ n.º 61.194.353/0001-64.

No caso de acionistas que possuam parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista no momento da AGO.

Para exercício do direito de voto por meio de prestadores de serviços, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia, caso prestem este serviço, e/ou com o agente escriturador das ações de emissão da Companhia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Para serem aceitos validamente, **os BVDs**, acompanhados da documentação de identificação e representação requerida acima, **e as instruções de preenchimento dos BVDs deverão ser recebidos**, respectivamente, pela Companhia e pelos prestadores de serviços **até 13 de junho de 2024**, inclusive. Os prestadores de serviços poderão indicar outra data específica para recebimento das instruções para preenchimento de BVDs. No entanto, o BVD recebido pela Companhia após tal data será desconsiderado.

A Companhia não exigirá a autenticação, reconhecimento de firma, consularização ou apostilamento da assinatura no BVD, que poderá ser feita de forma física, por meio de assinatura eletrônica ou assinatura digital.

Não obstante a possibilidade do envio do BVD e demais documentos de forma física, a Companhia solicita que, na medida do possível, os acionistas adotem a forma digital de envio.

2.3 Regras para instalação da AGO

Para a instalação da AGO em primeira convocação, será necessária a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 das ações ordinárias da Companhia, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A. e do artigo 11, §2.º do estatuto social da Companhia.

Caso o quórum aplicável em primeira convocação não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização da AGO, podendo, em segunda convocação, ser instalada com qualquer número de acionistas presentes.

2.4 Aprovações das matérias objeto da ordem do dia

Como as matérias constantes da ordem do dia da AGO não estão sujeitas a aprovação por maioria qualificada, sua aprovação dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes à AGO, desconsideradas as abstenções, nos termos do artigo 129 da Lei das S.A. e do artigo 13, *caput*, do estatuto social da Companhia.

* * *

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Conforme indicado nos fatos relevantes divulgados pela Companhia em 28 de março de 2024 e em 13 de maio de 2024, em que pesem os melhores esforços empregados pela administração da Companhia, as demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em conformidade com o IFRS 17 – CPC 50 (DFs CPC 50) não foram concluídas na data de convocação da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2024 da Companhia (AGO 30.04.2024).

Vale destacar que as DFs CPC 50 contemplam a reapresentação de números e indicadores em conformidade com a adoção do IFRS 17 – CPC 50, refletindo os ajustes decorrentes dos impactos advindos da aplicação desse padrão contábil e os respectivos efeitos em seus ativos, passivos e resultados.

Nesse contexto, a AGO 30.04.2024 apenas previu em sua ordem do dia as matérias ordinárias não relacionadas ou não dependentes das demonstrações financeiras, deliberando, assim, sobre a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia, a fixação da remuneração global anual da administração e, por força de solicitação de acionistas nos termos da legislação aplicável, a instalação e a eleição dos membros do conselho fiscal da Companhia.

Agora concluída a elaboração das DFs CPC 50, divulgadas ao mercado em 13 de maio de 2024, conforme fato relevante já mencionado e divulgado na mesma data, a administração da Companhia vem, nos termos da Lei das S.A., da Resolução CVM n.º 80/2022 (Resolução CVM 80) e da Resolução CVM 81, apresentar esta proposta, a ser apreciada na AGO, a ser realizada, em primeira convocação, em 20 de junho de 2024, para exame, discussão e votação da seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do respectivo relatório da administração, notas explicativas, relatório dos auditores independentes e demais documentos aplicáveis.**

A administração da Companhia propõe que os acionistas apreciem as DFs CPC 50, acompanhadas do respectivo relatório da administração, notas explicativas, relatório dos auditores independentes e demais documentos, nos termos das normas aplicáveis.

Reforça-se que, observada a antecedência requerida nos termos e prazos da legislação, as DFs CPC 50 foram disponibilizadas em 13 de maio de 2024 no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no site da Companhia (<http://ri.hapvida.com.br>).

Adicionalmente, em atenção às normas aplicáveis, em especial a Resolução CVM 81, a administração destaca que o **Anexo A** a esta proposta contempla os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma da seção 2 do formulário de referência.

Ressalta-se ainda que, conforme as DFs CPC 50, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de R\$ 757,9 milhões, absorvido em conformidade com o artigo 189 da Lei das S.A.

Nesse sentido, tendo em vista a apuração de prejuízo no exercício social de 2023, a Companhia reforça que não haverá a distribuição de dividendos a seus acionistas.

Ainda, por conta do prejuízo apurado, conforme autorizado pelo Colegiado da CVM², não são apresentadas as informações mencionadas no anexo A da Resolução CVM 81.

Por fim, com base nos documentos e informações acima referidos, a administração propõe a aprovação integral das contas dos administradores e das DFs CPC 50, incluindo a destinação dos resultados constante das DFs CPC 50.

* * *

² CVM, Processo CVM RJ2010/14687, julgado em 27.09.2011.

Anexo A

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (SEÇÃO 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2. Comentários dos diretores

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), especificamente o IFRS 17 – Contratos de Seguro, internalizado no Brasil pelo CPC 50 (CPC 50), conforme publicadas em 13 de maio de 2024 (DFs CPC 50).

Considerando que o IFRS 17 (CPC 50) é aplicável para exercícios anuais com início em 01 de janeiro de 2023, é, portanto, a primeira vez que a Companhia elabora suas informações financeiras de acordo com referida norma, nos termos da regulamentação e legislação aplicáveis, e em substituição ao IFRS 4 – Contratos de Seguro, internalizado no Brasil pelo CPC 11 (CPC 11). Nesse sentido, exceto caso expressamente indicado nesta seção 2, os números referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (reapresentados) refletem as DFs CPC 50.

Os impactos da adoção do IFRS 17 (CPC 50) na elaboração das informações financeiras da Companhia estão detalhados no item 2.3, abaixo, devidamente conciliados com as demonstrações contábeis elaboradas conforme o IFRS 4 (CPC 11), originalmente emitidas em 28 de março de 2024.

As informações, as avaliações, as opiniões e comentários ora apresentados traduzem a visão e percepção da administração da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as DFs CPC 50 para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Este apanhado inclui, também, conforme o caso, as explicações da administração sobre as variações nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período, abordando, sempre que pertinente, os principais fatores que explicam tais alterações.

Adicionalmente, vale destacar, para fins da análise comparativa entre os períodos acima mencionados que, considerando a combinação de negócios entre a Companhia e a Notre Dame Intermédica Participações S.A., conforme detalhada no item 1.1 do formulário de referência da Companhia, as DFs CPC 50, no âmbito da reapresentação dos números referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, também incluem os resultados das operações da Notre Dame Intermédica Participações S.A. para o período de 11 meses, decorridos de fevereiro a 31 de dezembro de 2022.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas ao longo dos itens abaixo significam análise horizontal e análise vertical, respectivamente. A análise horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período. A análise vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou em relação ao ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Exceto quando indicado de forma contrária, os números mencionados neste documento referem-se ao consolidado do grupo.

2.1 – Condições gerais: os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante e aplicações financeiras não circulante da Companhia totalizaram R\$ 7.889,9 milhões, contemplando ativos garantidores no montante de R\$ 3.189,4 milhões, cuja movimentação e desvinculação está sujeita à anuência prévia da ANS, e o restante, R\$ 4.700,5 milhões, contemplado por recursos de livre movimentação. Portanto, o montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante e aplicações financeiras não circulante da Companhia foi 34,53% superior em 31 de dezembro de 2023 comparado a 31 de dezembro de 2022, este de R\$ 5.864,7 milhões. O aumento ocorreu em função de um fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais continuadas superior ao exercício comparativo, além dos recursos provenientes das captações no mercado em 2023. Ainda, em 31 de dezembro de 2023, havia empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo (circulante e não circulante) da Companhia no montante de R\$ 11.526,4 milhões, uma redução de R\$ 191,3 milhões ou 1,63% comparado a 31 de dezembro de 2022, cujo saldo era de R\$ 11.717,7 milhões, fruto das 4ª e 5ª emissões de debêntures da Companhia, conforme descritas no item 2.1 (f.i), abaixo, e no item 12.3 do formulário de referência, líquidas dos pagamentos de principal e juros do período. Portanto, o montante amortizado no exercício foi superior às captações realizadas.

A capacidade de geração de caixa da Companhia, juntamente com emissões/rolagem e substituições de dívidas, tem permitido a realização dos investimentos orgânicos da Companhia mantendo níveis de liquidez equilibrados.

A administração da Companhia acredita que os seus resultados operacionais a credenciam para gerar recursos para o desenvolvimento do seu plano de negócio via crescimento orgânico e por aquisições, além de cumprir suas obrigações de curto prazo. A respeito, a tabela a seguir retrata as principais obrigações contratuais da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023:

Vencimento (em R\$ milhares)	2024	2025	2026 em diante	Total
Fornecedores	317.861	-	-	317.861
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.109.941	703.266	8.713.207	11.526.414
Arrendamentos a pagar	475.179	462.280	2.400.550	3.338.009
Outras contas a pagar	406.911	1.684.670	-	2.091.581
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.629	-	-	12.629

(b) Estrutura de capital

A administração acredita que a estrutura de capital medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia apresentou, nos períodos indicados, uma distribuição equilibrada, representada

por 32,70% de capital de terceiros e 67,30% de capital próprio em 31 de dezembro de 2023, e por 31,90% de capital de terceiros e 68,10% de capital próprio em 31 de dezembro de 2022. A administração acredita que essa relação é condizente com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo, para cada um dos exercícios sociais abaixo:

Contas (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	23.931.002	22.921.901
Capital próprio (patrimônio líquido)	49.255.143	48.936.458
Capital total (terceiros + próprio)	73.186.145	71.858.359
Parcela de capital de terceiros	32,70%	31,90%
Parcela de capital próprio	67,30%	68,10%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía em seu saldo contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures advindos das empresas adquiridas ao longo dos anos, a dívida consolidada da Notre Dame Intermédica Participações S.A., além de sua 1ª emissão de debêntures realizada em 10 de julho de 2019, 2ª emissão de debêntures realizada em 30 de outubro de 2021, 3ª emissão de debêntures realizada em 10 de maio de 2022, 4ª emissão de debêntures realizada em 24 de fevereiro de 2023 e 5ª emissão de debêntures realizada em 27 de dezembro de 2023. Os empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes somavam R\$ 11.526,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que, comparado aos empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes de R\$ 11.717,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, significa uma redução de R\$ 191,3 milhões ou 1,63% comparado a 31 de dezembro de 2022, fruto da 4ª e 5ª emissões de debêntures da Companhia, conforme descritas no item 2.1 (f.i), abaixo, e no item 12.3 do formulário de referência, líquidas dos pagamentos de principal e juros do período. Portanto, o montante amortizado foi superior às captações realizadas neste exercício. Do montante referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, R\$ 2.109,9 milhões possuem vencimento no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024.

Considerando a geração de caixa juntamente com outras iniciativas de redução do custo da dívida e otimização do consumo de *capex*¹, a administração acredita que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir os seus compromissos financeiros.

O índice de liquidez corrente da Companhia era de 1,38 e 1,15 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Adicionalmente, a administração acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para fortalecer e incrementar ainda mais seus planos de negócios e investimentos, assim como cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

¹ Investimento de capital.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram **(i)** o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais; **(ii)** a oferta pública subsequente de ações; **(iii)** a entrada dos recursos provenientes da operação de *sale & leaseback* realizada em 27 de março de 2023 no montante de R\$ 1.125,00 milhões (*Sale & Leaseback*); e **(iv)** a utilização de financiamentos de terceiros, cujos recursos advieram da oferta pública com esforços restritos de colocação das 4ª e 5ª emissões de debêntures da Companhia (HAPV14 e HAPV15) e da *Loan* 4131, conforme descritas no item 2.1 (f.i) abaixo e no item 12 do formulário de referência.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ainda que a Companhia entenda não possuir deficiências de liquidez nesta data, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia pode buscar captações no mercado de capitais e instituições financeiras dado sua capacidade de crédito.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimo	Vencimento	Taxa juros	Indexador	Saldo em 31/12/2023 (em R\$ milhares)
1ª emissão de debêntures (HAPV) – 1ª série	jul/24	109,00%	CDI	625.088
1ª emissão de debêntures (HAPV) – 2ª série	jul/26	110,55%	CDI	250.211
2ª emissão de debêntures (HAPV) – 1ª série	abr/27	1,45%	CDI+	1.272.716
2ª emissão de debêntures (HAPV) – 2ª série	abr/29	1,65%	CDI+	1.273.127
3ª emissão de debêntures (HAPV) – série única	mai/29	1,60%	CDI+	2.026.182
4ª emissão de debêntures (HAPV) – série única	fev/24	1,70%	CDI+	838.292
5ª emissão de debêntures (HAPV) – série única	jan/30	1,75%	CDI+	995.656
6ª emissão de debêntures (HAPV) – privada (iii)	jan/30	Prefixado	Prefixado	-
3ª emissão de debêntures (NDIS) – série única	ago/24	1,60%	CDI+	281.226
4ª emissão de debêntures (BCBF/HAPV) – série única (ii)	set/25	2,65%	CDI+	101.386
5ª emissão de debêntures (BCBF/HAPV) – série única (ii)	nov/25	2,65%	CDI+	297.165
6ª emissão de debêntures (BCBF/HAPV) – série única (ii)	out/27	1,45%	CDI+	1.230.591
Capital de giro - <i>Loan</i> 4131 (NDIS) – série única (iv)	fev/26	1,60%	CDI+	247.728
1ª emissão dos CRI (HAM) - série única (i)	dez/31	107,50%	CDI	1.083.401
1ª emissão dos CRI (BCBF) - 1ª série	dez/27	0,75%	CDI+	533.697
1ª emissão dos CRI (BCBF) - 2ª série	dez/29	7,09%	IPCA+	372.063
1ª Emissão dos CRI (BCBF) - 3ª série	dez/34	7,28%	IPCA+	97.885
			Total	11.526.414
			Circulante	2.109.941
			Não circulante	9.416.473

HAPV: Hapvida Participações e Investimentos S.A.

NDIS: Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

BCBF: BCBF Participações S.A.

US: Ultra Som Serviços Médicos S.A.

HAM: Hapvida Assistência Médica S.A.

(i) Transação com instrumento de *hedge* contratado, visando *swap* da taxa IPCA + 5,7505% para a taxa de 113,32% do CDI. Com a incorporação da Ultra Som Serviços Médicos S.A. na Hapvida Assistência Médica S.A. em 01 de dezembro de 2023, esta assumiu a dívida anteriormente detida pela Ultra Som Serviços Médicos S.A.

(ii) Debêntures cedidas pela controlada BCBF Participações S.A. à Companhia, passando a Companhia a figurar como emissora das respectivas debêntures, para todos os fins e efeitos. A cessão está inserida no contexto de simplificação da estrutura societária da Companhia.

(iii) Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovada pelo conselho de administração da Companhia e por controlada sua a realização da emissão de 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única e de colocação privada, sendo subscritas e integralizadas exclusivamente pela Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A. Esta 6ª emissão de debênture privada não tem impacto quando os números são consolidados por ser um endividamento *intercompany*.

(iv) Transação com instrumento de *hedge* contratado, visando *swap* da variação do dólar + 6,84% a.a. para a taxa de CDI+1,60% a.a.

O detalhamento dos contratos financeiros relevantes da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, encontra-se destacado abaixo:

Debêntures

1ª emissão (HAPV)

- Em julho de 2019, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em 2 séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 2.000.000.000,00, composto por **(i)** 1.764.888 debêntures da 1ª série, com vencimento em 10 de julho de 2024; e **(ii)** 235.112 debêntures da 2ª série, com vencimento em 10 de julho de 2026. As debêntures da 1ª série serão amortizadas em três parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 22 de julho de 2019, em 10 de julho de 2022, e as debêntures de 2ª série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer em 10 de julho de 2025. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 30 de abril de 2022.

2ª emissão (HAPV)

Em de outubro de 2021, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em 2 séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 2.500.000.000,00, composto por **(i)** 1.250.000 debêntures da 1ª série, com vencimento em 30 de abril de 2027; e **(ii)** 1.250.000 debêntures da 2ª série, com vencimento em 30 de abril de 2029. As debêntures da 1ª série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 08 de novembro de 2021, em 30 de abril de 2026, e as debêntures de 2ª série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer em 30 de abril de 2028. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 30 de abril de 2022.

3ª emissão (HAPV)

- Em maio de 2022, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 2.000.000.000,00, composto por 2.000.000 debêntures, com vencimento em 10 de maio de 2029. As debêntures serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 13 de maio de 2022, em 10 de maio de 2029. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 10 de novembro de 2022.

4ª emissão (HAPV)

- Em fevereiro de 2023, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 750.000.000,00, composto por 750.000 debêntures, com vencimento em 24 de fevereiro de 2024. As debêntures foram integralmente liquidadas, e canceladas, com pagamento em parcela única em 05 janeiro de 2024. O pagamento dos juros foi realizado de acordo com o previsto.

5ª emissão (HAPV)

- Em dezembro de 2023, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 1.000.000.000,00, composto por 1.000.000 debêntures, com vencimento em 27 de janeiro de 2030. As debêntures serão amortizadas em parcela única ao final do contrato. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 27 de junho de 2024.

6ª emissão Privada (HAPV)

- Em dezembro de 2023, a Companhia efetuou a 6ª emissão de debêntures privada simples, não conversíveis em ações em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 500.000.000,00, composto por 500.000 debêntures, com vencimento em 27 de janeiro de 2031. As debêntures serão amortizadas em parcela única ao final do contrato, assim como o pagamento dos juros. Por conta de ser uma emissão privada entre empresas do mesmo grupo o valor desta emissão é eliminado na demonstração financeira consolidada.

3ª emissão (NDIS)

- Em agosto de 2019, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (NDIS), controlada da Companhia, captou o montante de R\$ 800.000.000,00 por meio de emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000,00, com vencimento em 01 de agosto de 2024. A remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento em 01 de agosto de 2022.

4ª emissão (BCBF/HAPV)

- Em setembro de 2020, a BCBF Participações S.A. (BCBF), controlada da Companhia, captou o montante de R\$ 750.000.000,00 por meio de emissão de 750.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000, com vencimento em 22 de setembro de 2025, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 3º ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 22 de março de 2021.

5ª emissão (BCBF/HAPV)

- Em novembro de 2020, a BCBF captou o montante de R\$ 700.000.000,00 por meio de emissão de 700.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 1.000,00 com vencimento em 04 de novembro de 2024, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 3º ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 04 de maio de 2021.

6ª emissão (BCBF/HAPV)

- Em outubro de 2021, a BCBF captou o montante de R\$ 1.200.000.000,00, por meio de emissão de 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 1.000,00 com vencimento em 7 de outubro de 2027, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 4º ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 07 de abril de 2022.

Loan 4131

Capital de giro - Loan 4131 (NDIS) | Intercompany Loan 4131 atrelado a Standby Letter of Credit

- Em fevereiro de 2023, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada da Companhia, captou o montante de USD 50.000.000,00 por meio do instrumento bancário *Standby Letter of Credit*, com vencimento em 28 de fevereiro de 2026. A remuneração será paga em parcela única.

Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI

1ª emissão (HAM/US)

- Em dezembro de 2021, a Companhia participou da 1ª emissão dos CRI (da sua subsidiária Ultra Som), com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor total de emissão de R\$

1.001.700.000,00, composto por 1.001.700 debêntures de série única (lastro), com vencimento em 11 de dezembro de 2031. Sobre a captação de recursos a partir de uma operação de securitização (emissão dos CRI) incide juros de IPCA + 5,7505%. As debêntures dos CRI serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 01 de dezembro de 2021, em 12 de dezembro de 2030. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 13 de junho de 2022. Ainda, com o objetivo de proteger a exposição em inflação dessa operação, a Companhia contratou *swaps* atrelados a operação de CRI devidamente casados com mesmos prazos, taxas e valores.

1ª emissão BCBF Participações S.A. (BCBF)

- Em dezembro de 2022, a Companhia participou da 1ª emissão dos CRI (da sua subsidiária BCBF), da 1ª, 2ª e 3ª séries com valores unitários de R\$ 1.000,00, totalizando o valor total de R\$ 1.000.000.000,00, com vencimento em 15 de dezembro de 2027, 15 de dezembro de 2029 e 15 de dezembro de 2034, respectivamente. Sobre a captação de recursos a partir de uma operação de securitização (emissão dos CRI) incide juros de CDI + 0,75%, IPCA + 7,0913% e IPCA + 7,2792%, respectivamente. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 15 de junho de 2023.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas são garantidos por: (i) garantia fidejussória na forma de fiança prestada apenas por fiadores do grupo econômico da Companhia, (ii) alienação fiduciária dos bens hospitalares financiados, ou (iii) aplicações financeiras mantidas nas mesmas instituições onde os créditos foram contratados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo que sejam consideradas relevantes individualmente.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, conforme alteradas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Nesta data, a Companhia é parte, como tomadora, em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes (conforme item 2.1(f.i), acima) e, no contexto de tais empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, sem se restringir:

Debêntures

1ª emissão (HAPV), 2ª emissão (HAPV), 3ª emissão (HAPV), 4ª emissão (HAPV), 5ª emissão (HAPV), 4ª emissão (BCBF/HAPV), 5ª emissão (BCBF/HAPV), 6ª emissão (BCBF/HAPV), 3ª emissão (NDIS),

1ª emissão (HAM/US) e 1ª emissão BCBF Participações S.A. (BCBF)²:

- *Covenants* financeiros: conforme tabela abaixo.

Covenant Financeiro	Valor limite pactuado com os credores	Valor efetivamente performed em 31 de dezembro de 2023	Vencimento antecipado (automático ou não automático) em caso de descumprimento do <i>covenant</i> financeiro
Dívida Líquida/Ebitda Ajustado*	≤ 3,0	1,38	Vencimento não automático

*Sendo que (conforme estabelecido nos instrumentos contratuais): (i) Dívida Líquida: a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, obrigações financeiras para fins de aquisição de outras sociedades, instrumentos de mercado de capital local e internacional e do saldo dos derivativos da Emissora (Endividamento), em bases consolidadas, menos as disponibilidades em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras; e (ii) Ebitda Ajustado: o lucro ou prejuízo líquido da emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 últimos meses, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de depreciação e amortização, (d) do custo não caixa de *stock option*, *stock grant* e plano de ações virtuais, (e) do *impairment*, e (f) das receitas ou despesas não recorrentes e dos ganhos e perdas na venda de ativos.

- *Covenants* não financeiros:
 - Vencimento automático:

Quando se tratar de obrigação de pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou da Remuneração após 1 dia útil da data do vencimento, decretação de falência da Companhia e/ou da Fiadora e/ou de suas Controladas Relevantes, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou da Fiadora e/ou de suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido e a alteração do objeto social da Companhia e/ou da Fiadora, conforme disposto em seu respectivo Estatuto Social, vigente na Data de Emissão, que resulte em alteração da atividade principal da Companhia e/ou da Fiadora.

- Vencimento não automático:

Inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nas respectivas escrituras de emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do referido, em caso de cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a Fiadora, salvo se a operação for uma Operação Societária Permitida, descumprimento, pela Emissora, por 3 (três) trimestres consecutivos ou alternados apurados durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado ≤ 3,0).

6ª emissão (HAPV) – privada

- *Covenants* financeiros: não aplicável.
- *Covenants* não financeiros:
 - Vencimento automático: não aplicável.

² Resumo de todas as emissões do grupo, exceto a 4ª emissão (HAPV) privada, descrita mais adiante no documento.

- Vencimento não automático:

Em caso de inadimplemento, pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista na respectiva escritura de emissão, na respectiva data de pagamento prevista na escritura de emissão; liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; decretação de falência da Companhia; pedido de autofalência formulado pela Companhia; pedido de falência da Companhia formulado por terceiros, não devidamente elidido, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio cujo efeito seja a extinção ou suspensão do procedimento falimentar, em qualquer hipótese no respectivo prazo legal; e pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido.

Loan 4131 (NDIS) (capital de giro)

- *Covenants* financeiros: não aplicável.
- *Covenants* não financeiros:
 - Vencimento automático: não aplicável.
 - Vencimento não automático:

Em caso de transferência a terceiros que não sejam do grupo econômico da Companhia e/ ou controladas controladoras, sem a concordância escrita do banco, se a Companhia e/ou controladas e controladoras tiverem os eu controle direto ou indireto transferido a terceiro que não seja integrante do grupo econômico da Companhia. Mudança ou alteração do objeto social da Companhia e/ ou controladas controladoras, alterar substancialmente a natureza das atuais atividades principais exercidas pela Companhia, respectivamente, ou agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação as atividades atualmente desenvolvidas. Se a Companhia e/ ou controladas controladoras, propuserem plano de recuperação extrajudicial a quaisquer de seus credores ou ingressarem em juízo com pedido de recuperação judicial.

Ainda, vale ressaltar que 100% do endividamento relevante da Companhia, representado pelos contratos relevantes divulgados no item 2.1 (f)(i) acima possuem cláusula de vencimento antecipado e inadimplemento cruzado (*cross-default* ou *cross-acceleration*), sendo que seus respectivos valores são apresentados no referido item, perfazendo um total de R\$ 12.026,4 milhões, saldo este que inclui o valor de R\$ 500,0 mil da 6ª emissão de debêntures (HAPV) (privada). Desta forma, a ocorrência de um evento de inadimplência sob um desses instrumentos poderia desencadear um evento de inadimplência sob outro endividamento ou permitir que os credores sob outro endividamento acelerassem esse endividamento. Tais contratos também possuem cláusulas de vencimento antecipado em caso de eventual descumprimento de *covenants* ou de outras obrigações e/ou de declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas estavam atendendo integralmente aos índices financeiros e às cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado acordados em suas operações.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, uma vez que os contratos celebrados de empréstimos e financiamentos pela Companhia não possuem limites de utilização. 100% dos financiamentos contratados já foram utilizados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em				AH (%)
	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	31/12/2023 vs. 31/12/2022
Receita líquida de serviços prestados	968.018	3,49%	987.576	4,15%	-1,98%
Receita de seguros	26.801.772	96,51%	22.824.151	95,85%	17,43%
Custos dos serviços prestados	(1.865.701)	-6,72%	(2.209.016)	-9,28%	-15,54%
Despesa de seguros	(22.864.213)	-82,33	(21.603.850)	-90,73%	5,83%
<i>Lucro bruto</i>	<i>3.039.876</i>	<i>10,95%</i>	<i>(1.139)</i>	<i>0,00%</i>	<i>-266.989,90%</i>
Despesas de vendas	(284.629)	-1,02%	(251.694)	-1,06%	13,09%
Despesas administrativas	(1.670.533)	-6,02%	(2.028.037)	-8,52%	-17,63%
Outras receitas operacionais, líquidas	86.943	0,31%	551.909	2,32%	-84,25%
<i>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</i>	<i>1.171.657</i>	<i>4,22%</i>	<i>(1.728.961)</i>	<i>-7,26%</i>	<i>-167,77%</i>
Receitas financeiras	1.029.747	3,71%	864.481	3,63%	19,12%
Despesas financeiras	(2.902.641)	-10,45%	(2.011.029)	-8,45%	44,34%
<i>Despesas financeiras, líquidas</i>	<i>(1.872.894)</i>	<i>-6,74%</i>	<i>(1.146.548)</i>	<i>-4,82%</i>	<i>63,35%</i>
<i>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro</i>	<i>(701.237)</i>	<i>-2,53%</i>	<i>(2.875.509)</i>	<i>-12,08%</i>	<i>-75,61%</i>
<i>Imposto de renda e contribuição social</i>	<i>(56.817)</i>	<i>-0,20%</i>	<i>1.157.389</i>	<i>4,86%</i>	<i>-104,91%</i>
Corrente	(190.713)	-0,69%	(22.581)	-0,09%	744,57%
Diferido	133.896	0,48%	1.179.970	4,96%	-88,65%
(Prejuízo)/Lucro líquido das operações continuadas do exercício	(758.054)	-2,73%	(1.718.120)	-7,22%	-55,88%
(Prejuízo)/Lucro líquido das operações descontinuadas do exercício	645	0,00%	-	-	-
<i>Prejuízo do exercício</i>	<i>(757.409)</i>	<i>-2,73%</i>	<i>(1.718.120)</i>	<i>-7,22%</i>	<i>-55,92%</i>

Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia, já em linha com o padrão contábil previsto no IFRS 17 (CPC 50), é composta pela receita líquida de serviços prestados (atrelada a prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico, além da prestação de serviços de administração de planos de saúde e odontológicos da modalidade pós pagamento) e a receita de seguros (atrelada aos contratos de seguro nos segmentos de saúde e odontológico, tanto individuais quanto coletivos).

A receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondente à receita líquida de serviços prestados somada à receita de seguros, foi de R\$ 27.769,8 milhões comparativamente a R\$ 23.811,7 milhões no exercício social de 2022, o que representou um aumento de R\$ 3.958,1 milhões ou 16,62%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores

descritos a seguir:

- (i) receita operacional líquida referente ao mês de janeiro de 2023 proveniente das operações das empresas NDI, pelo fato de que este grupo de empresas somente passou a ser consolidado pela Companhia em 01 de fevereiro de 2022 (*closing* em 11 de fevereiro de 2022), dessa forma, não contemplando o mês de janeiro de 2022 da demonstração de resultado comparativa;
- (ii) receita operacional líquida proveniente das operações do grupo HB Saúde, subsidiárias consolidadas pela Companhia em 02 de janeiro de 2023, conforme operação informada no item 1.12 do formulário de referência;
- (iii) crescimento do *ticket* médio de saúde e odonto em 11,0% e 2,1%, respectivamente, no exercício social de 2023 em relação ao exercício social de 2022, em função de uma política de preços adequada aos novos produtos lançados nas diversas regiões onde a Companhia está presente, bem como no repasse de inflação, com o consequente reajuste dos preços; e
- (iv) aumento na base da Companhia de cerca de 60 mil vidas em planos odontológicos quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Despesas de seguros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as despesas de seguros da Companhia totalizaram R\$ 22.864,2 milhões, comparativamente a R\$ 21.603,9 milhões no exercício social de 2022, o que representou um aumento de 5,83%.

Dentre outros fatores, o aumento verificado pode ser justificado pelo aumento nos sinistros ocorridos e outras despesas atribuíveis, tanto nos seguros individuais quanto nos coletivos, inclusive considerando o impacto nas operações (seja rede própria ou credenciada) decorrentes da inflação médica e inflação geral, dissídios coletivos com pessoal, incremento no uso de materiais e medicamentos em função da alta no volume de exames e novas terapias impostas pela ANS.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.039,9 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 1,1 milhão no exercício social de 2022, o que representou um aumento de R\$ 3.041,0 milhões. O lucro bruto representou 10,95% e 0,00% da receita auferida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento da representatividade do lucro bruto em relação à receita operacional líquida deveu-se a um incremento de precificação (crescimento do *ticket* médio de saúde e odonto em 11,0% e 2,1%, respectivamente) e a um menor peso do sinistro no negócio em virtude de incremento de verticalização e capturas de sinergias. Além disso, a rubrica de lucro bruto também sofreu os efeitos da remensuração decorrente das receitas e despesas de seguros, conforme o IFRS 17 (CPC 50).

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 284,6 milhões, um aumento de R\$ 32,9 milhões, se comparado a R\$ 251,7 milhões no exercício de 2022 influenciado, principalmente, por aumentos nas despesas relacionadas a pessoal próprio.

Despesas administrativas

Despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.670,5 milhões comparativamente a R\$ 2.028,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma redução de 17,63%. As despesas administrativas representaram 6,02% e 8,52% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

O principal fator que ocasionou a redução de tais despesas entre os períodos comparados foi a saída de participantes dos planos de remuneração baseado em ações (*Stock Option* e *Stock Grant*), o que ocasionou um menor volume de provisões em 2023.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 86,9 milhões comparativamente a R\$ 551,9 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma diminuição de R\$ 465,0 milhões ou 84,25%. As outras receitas operacionais líquidas representaram 0,31% e 2,32% da Receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O principal fator que ocasionou a diminuição de tal receita entre os períodos comparados foi o efeito positivo em 2022 do ajuste de preço da aquisição da Premium e Promed (empresas adquiridas) no valor de R\$ 501,6 milhões beneficiando o período comparativo.

Resultado antes do resultado financeiro e impostos

O resultado antes do resultado financeiro e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.171,7 milhões (positivo) comparativamente a um valor negativo de R\$ 1.729,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 2.900,6 milhões. O resultado antes do resultado financeiro e impostos representou 4,22% e -7,26% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto positivo é atribuído substancialmente aos fatores anteriormente mencionados.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.029,7 milhões comparativamente a R\$ 864,4 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 165,3 milhões. As receitas financeiras representaram 3,71% e 3,63% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto positivo é atribuído: (i) ao aumento das receitas financeiras de aplicações em função do aumento do saldo patrimonial em R\$ 1.863,0 milhões advindo com as operações de captações de recursos em 2023; (ii) ao aumento dos recebimentos em atraso em R\$ 28,6 milhões; e (iii) do incremento das receitas com outras atualizações monetárias em R\$ 36,8 milhões em função também do aumento dos saldos patrimoniais correspondentes.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 2.902,6 milhões comparativamente a R\$ 2.011,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou um

aumento na comparação entre os exercícios de R\$ 891,6 milhões. As despesas financeiras representaram 10,45% e 8,45% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022, respectivamente. Este impacto negativo é atribuído, dentre outros fatores: (i) ao aumento dos juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos em função das operações de captações de recursos em 2023; (ii) ao aumento dos juros de direito de uso em função da operação de *Sale & Leaseback* realizada em 27 de março de 2023, a qual incrementou o impacto nos juros de direito de uso em R\$ 67,9 milhões, operação esta que não existia em 2022; e (iii) ao incremento das despesas com outras atualizações monetárias em R\$ 27,9 milhões em função também do aumento dos saldos patrimoniais correspondentes.

Receitas (Despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou receitas (despesas) financeiras líquidas de R\$ 1.872,9 milhões em comparação com receitas (despesas) financeiras líquidas de R\$ 1.146,5 milhões ocorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O principal fator que influenciou a variação foi a operação de *Sale & Leaseback* realizada em 27 de março de 2023, a qual incrementou o impacto nos juros de direito de uso em R\$ 67,9 milhões, operação esta que não existia em 2022. As demais despesas financeiras foram compensadas pela diminuição do saldo da dívida líquida da Companhia.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 701,2 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$ 2.875,5 milhões no exercício social de 2022, o que representou um impacto positivo na comparação entre os exercícios de R\$ 2.174,3 milhões ou -75,61%. Este impacto positivo é atribuído substancialmente aos fatores anteriormente mencionados.

Imposto de renda e contribuição social

A rubrica "Imposto de renda e contribuição social" no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresentou um saldo devedor em um montante de R\$ 56,8 milhões comparativamente a um montante credor de R\$ 1.157,4 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma variação aproximada de R\$ 1.214,2 milhões. Os principais fatores de 2023 foram:

- (i) imposto corrente – o incremento de R\$168,1 milhões deve-se ao imposto da operação pontual de *Sale & Leaseback*, realizada em 27 de março de 2023, calculado em R\$121,3 milhões e, o restante, é fruto principalmente da retomada gradual do desempenho operacional; e
- (ii) imposto diferido – houve menor constituição de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa em R\$ 174,6 milhões, fruto principalmente da retomada gradual do desempenho operacional, e R\$ 238,6 milhões, de diferenças temporárias sobre a movimentação de provisão, e R\$ 176,3 milhões, decorrentes de adoção da nova norma IFRS 17 (CPC 50).

(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício

O prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 757,4 milhões

comparativamente a um prejuízo de R\$ 1.718,1 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma redução de 55,92%, a qual é explicada pela análise integrada das informações acima mencionadas das demais rubricas. O prejuízo do exercício representou 2,73% da receita líquida em 2023 ante a 7,22% em 2022.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		AH (%)
	2023	2022	31/12/2023 vs. 31/12/2022
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.334.666	971.907	140,21%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(877.632)	2.099.888	-141,79%
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(1.278.109)	(2.151.136)	-40,58%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 2.334,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 971,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de R\$ 1.362,8 milhões, ou 140,21%, é justificado substancialmente:

- (i) pelo efeito positivo não caixa nos ajustes ao lucro (prejuízo) líquido no total de R\$ 2.545,5 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022 o montante foi de R\$ 168,3 milhões;
- (ii) utilização de tributos a recuperar ocasionando um efeito positivo de R\$ 224,9 milhões, passando de (R\$ 329,9) milhões em 31 de dezembro de 2022 para (R\$ 104,9) milhões em 31 de dezembro de 2023; e
- (iii) pelo incremento de outras contas a pagar em R\$ 721,8 milhões, sendo (R\$ 377,8) milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 3.444,1 milhões em 31 de dezembro de 2023, haja vista que, em 2022, houve grande desembolso para pagamento de títulos em aberto/vencidos de empresas adquiridas.

Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 877,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado ao fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento de R\$ 2.099,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação negativa de geração de caixa de R\$ 2.977,5 milhões, ou -141,79%, é justificada majoritariamente pelo incremento nas aplicações em R\$ 7.043,4 milhões parcialmente compensado pela diminuição de pagamentos de aquisição de investimentos em R\$ 2.583,3 milhões que havia sido relevante em 2022 (decorrente da combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A.) e, ainda, pela entrada dos recursos provenientes da operação de *Sale & Leaseback*, no montante de R\$ 1.250,0 milhões.

Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.278,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado ao caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 2.151,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução no consumo de caixa em R\$ 873,0 milhões, ou 40,58%, é justificada, principalmente, pelo montante de R\$ 1.017,0 milhões referente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio a maior em 2022, parte do pagamento fruto da combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A. Os eventos de captação de dívida (captação e pagamentos) foram lineares para os dois exercícios.

2.2 – Resultados: os diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia e conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi originada pelo crescimento do número de beneficiários em planos odontológicos, pelo aumento do *ticket* médio da carteira de clientes da Companhia, pela oferta de serviços médico-hospitalares a terceiros e pela aquisição de subsidiárias, em especial a combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A., conforme detalhada nos itens 1.12 e 2.4 do formulário de referência.

O *ticket* médio da carteira de clientes da Companhia é influenciado pelo reajuste de preço dos planos de atuais beneficiários, pelo aumento da tabela de venda de planos para novos beneficiários e pela mudança de faixa etária. O reajuste de preços por faixa etária é regulado pela ANS através da Instrução Normativa 63/2003.

A administração esclarece ainda que, no contexto da adoção do IFRS 17 (CPC 50), as DFs CPC 50 da Companhia passaram a classificar a receita entre a receita líquida de serviços prestados (atrelada a prestação de serviços clínicos, hospitalares, laboratoriais e de diagnóstico, além da prestação de serviços de administração de planos de saúde e odontológicos da modalidade pós pagamento) e a receita de seguros (atrelada aos contratos de seguro nos segmentos de saúde e odontológico, tanto individuais quanto coletivos).

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:

- número de beneficiários de planos de saúde e de planos odontológicos;
- aumento do *ticket* médio;
- ganho em eficiência operacional através da diluição de custos fixos, especialmente folha médica, serviços de terceiros e aumento de coparticipação;
- redução de representatividade de despesas operacionais, através da diminuição de despesas com pessoal; e
- em especial, para o exercício de 2022, a combinação de negócios com a Notre Dame Intermédica Participações S.A. foi um fator que impactou materialmente todas as linhas do resultado operacional da Companhia em virtude daquela operar com margens diferentes da Companhia.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Seguem abaixo os cenários que os diretores entendem que acarretaram variações relevantes das receitas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

- *novos produtos*: a criação de novos planos, sejam eles mais ou menos verticalizados, planos ambulatoriais e/ou hospitalares, para o atendimento customizado dos nossos clientes, além da

prestação de serviços médico-hospitalares à terceiros;

- *alterações de volumes e modificações de preços*: crescimento do *ticket* médio de saúde e odonto em 11,0% e 2,1%, respectivamente, exercício social de 2023 em relação ao exercício social de 2022, em função de uma política de preços adequada aos novos produtos lançados nas diversas regiões onde a Companhia está presente, bem como no repasse de inflação, com o consequente reajuste dos preços;
- *taxas de câmbio*: não aplicável, as variações relevantes da receita da Companhia não foram atribuíveis a taxa de câmbio; e
- *inflação*: componente que, indiretamente, acarreta variação da receita da Companhia. Nossos custos dos serviços prestados são influenciados pela inflação, e, conseqüentemente, essa inflação é repassada através dos reajustes dos planos de saúde e odontológicos, conforme explicado anteriormente.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No que tange à inflação, a Companhia é diretamente afetada pela inflação médica e inflação geral relacionada aos insumos médicos, bem como aos dissídios coletivos aplicáveis aos seus colaboradores da rede assistencial. Contudo, a administração da Companhia entende que as variações nos custos médico-hospitalares que o mercado vivencia há alguns anos têm impactado em menor proporção a Companhia devido às suas ações atreladas à verticalização e à integração para obter eficiência de custos. A Companhia entende que, para prestar um serviço de qualidade, não é necessário ter altos custos, perseguindo com afinco a maior eficiência operacional possível, comprovada pela baixa sinistralidade em nossos resultados se comparados com os concorrentes.

No que tange aos riscos da taxa de juros, a Companhia possui todas as suas captações mais relevantes, conforme detalhadas no item 2.1 (f) acima, atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A alta da taxa de juros pode proporcionar uma maior despesa e, conseqüentemente, uma maior receita financeira das aplicações da Companhia, mas não um efeito adverso relevante em seus resultados.

No que tange à taxa de câmbio, a Companhia não faz aplicações de seus recursos no exterior. Quase a totalidade de seus fornecedores são nacionais, de forma que o volume de operações realizadas pela Companhia para importar materiais e medicamentos para prestação de seus serviços é pouco substancial em termos de valores.

2.3 – Práticas contábeis: os diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Novas normas em vigor - IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros

O IASB emitiu o IFRS 17 (CPC 50), em substituição ao IFRS 4 (CPC 11), que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O IFRS 17 (CPC 50), recepcionado pela CVM, é aplicável para exercícios anuais com início em 01 de janeiro de 2023, com aplicação retrospectiva a partir de 01 de janeiro de 2022. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023, originalmente emitidas em 28 de março de 2024 sob o IFRS 4 (CPC 11), foram reapresentadas para incluir os impactos de adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50).

O IFRS 17 (CPC 50) trouxe mudanças significativas na mensuração dos contratos na modalidade individual, introduzindo o conceito de mensuração dos contratos de seguro através de fluxos de caixa de cumprimento, incluindo estimativas de fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, e um ajuste de risco para risco não financeiro, conforme detalhamento abaixo.

I. Contratos de seguros

(i) Identificando contratos no alcance do IFRS 17 (CPC 50)

O IFRS 17 (CPC 50) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e contratos de resseguro.

A Companhia e suas controladas comercializam: (a) planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar próprias; e (b) planos odontológicos com o serviço prestado por meio de rede credenciada. Nessas operações, a depender do tipo de contratação (modalidade), as operadoras de saúde/entidades controladas da Companhia aceitam ou não o risco de seguro significativo.

Ainda, existem duas modalidades de contratos: (a) pré-estabelecido: o beneficiário paga uma taxa fixa e, em contrapartida, a Companhia e suas controladas arcam com os riscos do beneficiário (no que tange a quando ocorrerá, se ocorrerá e quanto será o desembolso), conforme o contrato, havendo transferência do risco do beneficiário para a operadora, e, portanto, classificado dentro do alcance do IFRS 17 (CPC50) e reconhecido como contrato de seguros; e (b) pós-estabelecido: o beneficiário realiza procedimentos e consultas e paga o valor tabelado em contrato, devendo quitar os valores no mês subsequente, ou seja, o segurado arca totalmente com a aleatoriedade dos riscos existentes para esta modalidade de contratos. Desta forma, essa natureza de contrato não se enquadra na norma IFRS 17 (CPC 50), dado que não há transferência de risco entre operadora e beneficiário e, portanto, classificado dentro do alcance do IFRS 15 (CPC 47) e reconhecido como contrato com clientes.

(ii) Nível de agregação

De acordo com o IFRS 17 (CPC 50), os contratos de seguros são agrupados para fins de mensuração. Os grupos de contratos são determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos emitidos e mantidos. Uma carteira compreende contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto.

A Companhia e suas controladas verificaram se seus contratos de seguros poderiam conter um ou mais componentes que estariam dentro do alcance de outro pronunciamento contábil, e não foi identificado em seus contratos nenhum componente que devesse ser contabilizado separado.

Em seguida, foram identificados os respectivos portfólios do grupo, considerando similaridade de risco e gestão em conjunto. No contexto de segregação, foram observados prazos de vigência distintos nos contratos, portanto estes são contabilizados por diferentes modelos de mensuração, conforme apresentado abaixo:

Portfólio	Modelo de mensuração³
Saúde individual	BBA
Odontológico individual	BBA
Saúde coletivo	PAA
Odontológico coletivo	PAA

Os grupos de contratos foram determinados identificando primeiramente os portfólios de contratos acima, cada um compreendendo contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Os contratos em diferentes linhas de produtos ou emitidos por diferentes entidades da Companhia e suas controladas estão em portfólios diferentes. Cada portfólio foi dividido então em safras anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada safra anual em três grupos: (i) quaisquer contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; (ii) quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) quaisquer contratos remanescentes na safra anual.

II. Reconhecimento inicial - Transição

Sob a abordagem retrospectiva completa, em 01 de janeiro de 2022 a Companhia e suas controladas:

- identificaram, reconheceram e mensuraram cada grupo de contratos de seguro e como se o IFRS 17 (CPC 50) tivesse sempre sido aplicado;

³ Modelos de mensuração:

PAA (do inglês, *premium allocation approach*): é o modelo simplificado, no qual a mensuração é similar ao padrão contábil do IFRS4 utilizado até 2022, baseada na emissão de prêmios. Este foi o modelo utilizado pela Companhia para os contratos coletivos (curto prazo).

BBA (do inglês, *building block approach*): é o modelo geral, no qual são apurados os fluxos de caixa de cumprimento refletindo as possíveis entradas e saídas deste grupo de contrato trazidos a valor presente e adicionando um ajuste de risco para refletir as possíveis variações que não forem capturadas pelos fluxos de caixa. Desse modo, é determinada a margem de serviço contratual (CSM, do inglês *contractual service margin*), a qual será reconhecida posteriormente ao longo do período de cobertura. Este foi o modelo utilizado pela Companhia para os contratos individuais (longo prazo).

- desconsideraram o reconhecimento de quaisquer saldos que não existiriam se o IFRS 17 (CPC 50) sempre tivesse sido aplicado. São incluídos alguns custos diferidos de aquisição de contratos de seguro, valores a receber e a pagar de seguros, além de provisões atribuíveis a contratos de seguro existentes. Nos termos do IFRS 17 (CPC 50), são incluídos na mensuração dos contratos de seguro;

A Companhia e suas controladas consideraram a abordagem retrospectiva completa inviável para os portfólios individuais em decorrência das seguintes circunstâncias:

- Os efeitos da aplicação retrospectiva não foram determináveis porque as informações necessárias não foram coletadas com granularidade suficiente ou estão indisponíveis em razão das migrações do sistema, requisitos de retenção de dados ou outros motivos. Essas informações incluem, para determinados contratos:
 - As informações sobre fluxos de caixa históricos (incluindo fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros fluxos de caixa incorridos antes do reconhecimento dos contratos relacionados) e taxas de desconto exigidas para determinar as estimativas dos fluxos de caixa no reconhecimento inicial e nas mudanças subsequentes em uma base retrospectiva;
 - As informações sobre determinadas mudanças em premissas e estimativas, pois elas não foram documentadas de forma contínua.

Abordagem de valor justo

Ao aplicar a abordagem de valor justo, a Companhia e suas controladas determinam a margem de serviço contratual (ou CSM, do inglês *contractual service margin*) ou componente de perda do passivo por cobertura remanescente na data de transição como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos de seguro nessa data e os fluxos de caixa de cumprimento mensurados nessa data de transição.

Dado o cenário da Companhia e suas controladas, uma vez que não possui informações suficientes relacionadas aos fluxos de caixa históricos, para todos os portfólios individuais, foi aplicada a abordagem de valor justo.

A abordagem do valor justo possui as seguintes características na transição:

- *Agrupamento de contratos:* permite-se o agrupamento de contratos de distintos anos de subscrição;
- *Fluxos esperados de caixa iniciais:* permite-se obter os fluxos futuros de caixa com base em hipóteses correspondentes ao momento da avaliação;
- *Taxa de desconto:* utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos do IFRS 17 (CPC 50) (*bottom-up*) com informação do momento de transição; e
- *Risk Adjustment:* cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento da transição.

A metodologia Valor Justo foi aplicada no período indicado devido à ausência de dados consistentes disponíveis para aplicação da metodologia Retrospectiva Completa por grupo de contratos.

Abordagem retrospectiva completa

Para a aplicação da abordagem retrospectiva completa, o grupo utilizou todos os dados históricos disponíveis desde a data de início dos grupos ou safras dos portfólios coletivos até a data da transição. Dado que a Companhia e suas controladas dispuseram de informações suficientes relacionadas aos fluxos de caixa históricos para todos os portfólios coletivos, foi possível a aplicação da abordagem retrospectiva completa.

III. Saldos comparativos – IFRS 4 (CPC 11) vs. IFRS 17 (CPC 50)

A Companhia providenciou a elaboração e divulgação das suas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 17 – Contratos de Seguro, internalizado no Brasil pelo CPC 50 (DFs CPC 50), refletindo os ajustes decorrentes dos impactos advindos da adoção desse padrão contábil e os respectivos efeitos em seus ativos, passivos e resultados.

Abaixo são demonstrados os efeitos da adoção da nova norma – IFRS 17 (CPC 50), em comparação com a norma anterior – IFRS 4 (CPC 11):

Balanco patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e adoção inicial ("Transição") em 01 de janeiro de 2022.

	Controladora		
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
Balanco patrimonial			
Ativo			
Circulante	1.301.507	-	1.301.507
Caixa e equivalentes de caixa	857.991	-	857.991
Aplicações financeiras	226.979	-	226.979
Tributos a recuperar	203.423	-	203.423
Outros ativos	13.114	-	13.114
Não circulante	57.498.333	161.585	57.659.918
Aplicações financeiras	133	-	133
Ativo fiscal diferido	1.495.115	(328.046)	1.167.069
Depósitos judiciais	10.689	-	10.689
Outros créditos com partes relacionadas	1.688	-	1.688
Outros ativos	8.585	-	8.585
Investimentos	55.977.758	489.631	56.467.389
Imobilizado	4.363	-	4.363
Intangível	2	-	2
Total do ativo	58.799.840	161.585	58.961.425
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	2.073.295	-	2.073.295
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.800.299	-	1.800.299
Fornecedores	2.241	-	2.241
Obrigações sociais	1.545	-	1.545
Tributos e contribuições a recolher	20.145	-	20.145
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.552	-	2.552
Arrendamentos a pagar	1	-	1

Outros débitos com partes relacionadas	224.261	-	224.261
Outras contas a pagar	22.251	-	22.251
Não circulante	7.634.356	-	7.634.356
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.610.115	-	7.610.115
Arrendamentos a pagar	167	-	167
Passivo fiscal diferido	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.074	-	2.074
Outras contas a pagar	22.000	-	22.000
Patrimônio líquido	49.092.189	161.585	49.253.774
Total do passivo e patrimônio líquido	58.799.840	161.585	58.961.425

- (i) Ajustes decorrentes dos impactos no patrimônio líquido das controladas, advindos da remensuração de contratos pelo IFRS 17 (CPC 50) e os respectivos efeitos em seus ativos e passivos.

Controladora

	31 de dezembro de 2022			1º de janeiro de 2022 – Transição		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
	Balanco patrimonial					
Ativo						
Circulante	246.160	-	246.160	129.437	-	129.437
Caixa e equivalentes de caixa	3.242	-	3.242	5.375	-	5.375
Aplicações financeiras	230	-	230	-	-	-
Tributos a recuperar	173.610	-	173.610	71.803	-	71.803
Dividendos e JCP a receber	47.821	-	47.821	47.001	-	47.001
Outros ativos	21.257	-	21.257	5.258	-	5.258
Não circulante	54.740.199	179.747	54.919.946	15.103.966	1.122.028	16.225.994
Aplicações financeiras	673	-	673	2.673.392	-	2.673.392
Ativo fiscal diferido	900.537	(156.891)	743.646	370.614	-	370.614
Depósitos judiciais	3.790	-	3.790	2.625	-	2.625
Outros créditos com partes relacionadas	345	-	345	345	-	345
Outros ativos	13.200	-	13.200	18.000	-	18.000
Investimentos	53.816.608	336.638	54.153.246	12.031.246	1.122.028	13.153.274
Imobilizado	5.029	-	5.029	7.675	-	7.675
Intangível	17	-	17	69	-	69
Total do ativo	54.986.359	179.747	55.166.106	15.233.403	1.122.028	16.355.431

Passivo e patrimônio líquido

Circulante	928.344	-	928.344	731.260	-	731.260
Empréstimos, financiamentos e debêntures	781.592	-	781.592	682.662	-	682.662
Fornecedores	1.550	-	1.550	293	-	293
Obrigações sociais	1.694	-	1.694	3.851	-	3.851
Tributos e contribuições a recolher	4.799	-	4.799	5.110	-	5.110
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.552	-	2.552	20.497	-	20.497
Arrendamentos a pagar	148	-	148	1.277	-	1.277
Instrumentos financeiros derivativos	18.468	-	18.468	-	-	-
Outros débitos com partes relacionadas	104.480	-	104.480	4.335	-	4.335
Outras contas a pagar	13.061	-	13.061	13.235	-	13.235
Não circulante	5.308.578	-	5.308.578	3.930.002	-	3.930.002
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.307.412	-	5.307.412	3.900.889	-	3.900.889
Arrendamentos a pagar	260	-	260	2.635	-	2.635
Passivo fiscal diferido	-	-	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	906	-	906	26.478	-	26.478
Patrimônio líquido	48.749.437	179.747	48.929.184	10.572.141	1.122.028	11.694.169
Total do passivo e patrimônio líquido	54.986.359	179.747	55.166.106	15.233.403	1.122.028	16.355.431

(i) Ajustes decorrentes dos impactos no patrimônio líquido das controladas, advindos da remensuração de contratos pelo IFRS 17 (CPC 50) e os respectivos efeitos em seus ativos e passivos.

Balço patrimonial	Consolidado		
	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	10.527.252	(1.345.672)	9.181.580
Caixa e equivalentes de caixa	1.430.144	-	1.430.144
Aplicações financeiras	5.573.479	-	5.573.479
Contas a receber de clientes	1.610.003	(1.134.270) (i)	475.733
Ativos de contratos de seguro	-	153.693 (i)	153.693
Estoques	318.605	-	318.605
Tributos a recuperar	835.057	-	835.057
Despesa de comercialização diferida	391.228	(391.228) (i/ii)	-
Outros ativos	353.856	26.133 (iii)	379.989
Ativos líquidos de controladas destinados para venda	14.880	-	14.880
Não circulante	64.628.589	(624.024)	64.004.565
Aplicações financeiras	886.276	-	886.276
Ativo fiscal diferido	3.096.139	494.776 (iv)	3.590.915
Depósitos judiciais	2.226.206	-	2.226.206
Despesa de comercialização diferida	570.132	(570.132) (i/ii)	-
Instrumentos financeiros derivativos	772	-	772
Outros créditos com partes relacionadas	5.219	-	5.219
Outros ativos	121.774	-	121.774
Investimentos	5.518	-	5.518
Imobilizado	6.882.558	-	6.882.558
Intangível	50.833.995	(548.668) (v)	50.285.327
Total do ativo	75.155.841	(1.969.696)	73.186.145

Passivo e patrimônio líquido

Circulante	8.538.348	(1.865.667)	6.672.681
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.109.941	-	2.109.941
Fornecedores	292.018	25.843 (iii)	317.861
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3.999.446	(3.999.446) (i/iii)	-
Passivos de contrato de seguros	-	2.165.974 (i)	2.165.974
Débitos de operações de assistência à saúde	58.038	(58.038) (i)	-
Obrigações sociais	657.640	-	657.640
Tributos e contribuições a recolher	467.460	-	467.460
Imposto de renda e contribuição social	28.261	-	28.261
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.629	-	12.629
Arrendamentos a pagar	475.179	-	475.179
Instrumentos financeiros derivativos	25.088	-	25.088
Outros débitos com partes relacionadas	5.737	-	5.737
Outras contas a pagar	406.911	-	406.911
Não circulante	17.523.935	(265.614)	17.258.321
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.416.473	-	9.416.473
Tributos e contribuições a recolher	161.394	-	161.394
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	945.451	(945.451) (i/iii)	-
Arrendamentos a pagar	2.862.830	-	2.862.830
Passivo fiscal diferido	1.263.524	578.014 (iv)	1.841.538
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.267.316	-	1.267.316
Instrumentos financeiros derivativos	24.100	-	24.100
Outras contas a pagar	1.582.847	101.823 (i)	1.684.670
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	49.092.189	161.585	49.253.774
Participação de não controladores	1.369	-	1.369
Total do patrimônio líquido	49.093.558	161.585	49.255.143
Total do passivo e patrimônio líquido	75.155.841	(1.969.696)	73.186.145

- (i) Os saldos de prêmios a receber de contratos de seguro, provisões de assistência à saúde e débitos de operações de assistência à saúde de contratos pré-estabelecidos são remensurados de acordo com o IFRS 17 e apresentados de acordo com a posição líquida dos fluxos de caixa esperados para cada carteira da companhia, nas rubricas ativos de contratos de seguros ou passivos de contratos de seguros. As notas 20 (a), (b) e (c) apresentam todas as movimentações dos fluxos de caixa líquidos das carteiras durante o período de relatório. Além da questão da apresentação em rubricas diferentes, há impactos decorrentes da projeção de fluxo de caixa dos contratos da modalidade individual que consideram um horizonte de tempo até o fim da expectativa de vida de todos os segurados dentro do grupo de contratos conforme mencionado na nota 9 (c) (iv).
- (ii) Os valores de despesa de comercialização diferida não são mais apresentados para contratos de seguro pré-estabelecidos da modalidade individual, somente para contratos coletivos, e, como mencionado no item (i), são incluídos no balanço patrimonial na rubrica ativos de contratos e passivos de contratos de seguro, considerando a posição de fluxo de caixa líquido projetado para as carteiras da companhia.
- (iii) Os valores de prêmios a receber e provisões técnicas de planos pós estabelecidos que são mensurados de acordo com o IFRS 15, são reclassificados e apresentados nas rubricas "Outros Ativos" e "Fornecedores", respectivamente.
- (iv) Os valores de ativo e passivo fiscal diferido foram impactados pelas remensurações de contratos aplicando inicialmente o IFRS 17 (CPC 50).
- (v) Ajuste no ágio resultante de contratos onerosos (contrapartida do passivo de contrato para cobertura remanescente – LRC).

Consolidado

	31 de dezembro de 2022			1º de janeiro de 2022 – Transição		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Balço patrimonial						
Ativo						
Circulante	7.931.902	(335.985)	7.595.917	3.318.191	992.577	4.310.768
Caixa e equivalentes de caixa	1.267.915	-	1.267.915	347.256	-	347.256
Aplicações financeiras	3.331.741	-	3.331.741	1.720.024	-	1.720.024
Contas a receber de clientes	1.480.801	(1.077.393) (i)	403.408	474.304	(380.116) (i)	94.188
Ativos de contratos de seguro	-	1.213.348 (i/ii)	1.213.348	-	1.575.585 (i/ii)	1.575.585
Estoques	280.759	-	280.759	156.933	-	156.933
Tributos a recuperar	708.114	-	708.114	237.873	-	237.873
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	7.753	-	7.753
Despesa de comercialização diferida	471.940	(471.940) (i/ii)	-	221.496	(221.496) (i/ii)	-
Outros ativos	390.632	-	390.632	152.552	18.604 (iii)	171.156
Não circulante	65.281.828	(1.019.386)	64.262.442	18.041.864	(172.025)	17.869.839
Aplicações financeiras	1.265.000	-	1.265.000	5.790.808	-	5.790.808
Ativo fiscal diferido	2.504.883	485.419 (iv)	2.990.302	1.034.446	-	1.034.446
Depósitos judiciais	1.822.767	-	1.822.767	417.478	-	417.478
Despesa de comercialização diferida	510.212	(510.212) (i/ii)	-	172.025	(172.025) (i/ii)	-
Outros créditos com partes relacionadas	3.498	-	3.498	3.525	-	3.525
Outros ativos	113.620	-	113.620	56.138	-	56.138
Investimentos	6.367	-	6.367	-	-	-
Imobilizado	7.304.735	-	7.304.735	3.010.935	-	3.010.935
Intangível	51.750.746	(994.593) (v)	50.756.153	7.556.509	-	7.556.509
Total do ativo	73.213.730	(1.355.371)	71.858.359	21.360.055	820.552	22.180.607
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	7.474.525	(879.861)	6.594.664	3.184.452	(757.583)	2.426.869
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.726.508	-	1.726.508	713.250	-	713.250
Fornecedores	414.703	56.364 (iii)	471.067	173.441	115.302 (iii)	288.743
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3.636.795	(3.636.795) (i/iii)	-	1.549.059	(1.549.059) (i/iii)	-
Passivos de contrato de seguros	-	2.546.770 (i)	2.546.770	-	592.008 (i)	592.008
Débitos de operações de assistência à saúde	13.240	(13.240) (i)	-	11.830	(11.830) (i)	-
Obrigações sociais	647.753	-	647.753	270.561	-	270.561
Tributos e contribuições a recolher	436.350	-	436.350	207.332	-	207.332
Imposto de renda e contribuição social	31.798	-	31.798	58.645	-	58.645
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13.604	-	13.604	31.859	-	31.859
Arrendamentos a pagar	143.471	207.815 (vi)	351.286	57.035	95.996 (vi)	153.031
Instrumentos financeiros derivativos	18.468	-	18.468	-	-	-
Outros débitos com partes relacionadas	3.998	-	3.998	13.208	-	13.208
Outras contas a pagar	387.837	(40.775) (i)	347.062	98.232	-	98.232

Não circulante	16.982.494	(655.257)	16.327.237	7.602.609	456.107	8.058.716
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.991.173	-	9.991.173	4.882.681	-	4.882.681
Fornecedores	-	2.635 (i)	2.635	-	-	-
Tributos e contribuições a recolher	157.076	-	157.076	123.181	-	123.181
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	871.480	(871.480) (i/iii)	-	25.911	(25.911) (i/iii)	-
Arrendamentos a pagar	2.206.573	(207.815) (vi)	1.998.758	1.076.590	(95.996) (vi)	980.594
Passivo fiscal diferido	808.303	578.014 (iv)	1.386.317	166.052	578.014 (iv)	744.066
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.360.974	-	1.360.974	428.791	-	428.791
Instrumentos financeiros derivativos	42.184	-	42.184	18.289	-	18.289
				881.114	-	881.114
Outras contas a pagar	1.544.731	(156.611) (i)	1.388.120			
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	48.749.437	179.747	48.929.184	10.572.141	1.122.028	11.694.169
Participação de não controladores	7.274	-	7.274	853	-	853
Total do patrimônio líquido	48.756.711	179.747	48.936.458	10.572.994	1.122.028	11.695.022
Total do passivo e patrimônio líquido	73.213.730	(1.355.371)	71.858.359	21.360.055	820.552	22.180.607

- (i) Os saldos de prêmios a receber de contratos de seguro, provisões de assistência à saúde e débitos de operações de assistência à saúde de contratos pré-estabelecidos são remensurados de acordo com o IFRS 17 e apresentados de acordo com a posição líquida dos fluxos de caixa esperados para cada carteira da companhia, nas rubricas ativos de contratos de seguros ou passivos de contratos de seguros. As notas 20 (a), (b) e (c) apresentam todas as movimentações dos fluxos de caixa líquidos das carteiras durante o período de relatório. Além da questão da apresentação em rubricas diferentes, há impactos decorrentes da projeção de fluxo de caixa dos contratos da modalidade individual que consideram um horizonte de tempo até o fim da expectativa de vida de todos os segurados dentro do grupo de contratos conforme mencionado na nota 9 (c) (iv).
- (ii) Os valores de despesa de comercialização diferida não são mais apresentados para contratos de seguro pré-estabelecidos da modalidade individual, somente para contratos coletivos, e, como mencionado no item (i), são incluídos no balanço patrimonial na rubrica ativos de contratos e passivos de contratos de seguro, considerando a posição de fluxo de caixa líquido projetado para as carteiras da companhia.
- (iii) Os valores de prêmios a receber e provisões técnicas de planos pós estabelecidos que são mensurados de acordo com o IFRS 15, são reclassificados e apresentados nas rubricas "Outros Ativos" e "Fornecedores", respectivamente.
- (iv) Os valores de ativo e passivo fiscal diferido foram impactados pelas remensurações de contratos aplicando inicialmente o IFRS 17 (CPC 50).
- (v) Ajuste no ágio de resultante de contratos onerosos (contrapartida do passivo de contrato para cobertura remanescente – LRC).
- (vi) Para uma melhor apresentação e interpretação das informações relacionadas à rubrica de Arrendamentos a pagar e a fim de refletir melhor o quanto a Companhia e suas controladas possuem de obrigações a pagar no curto prazo, foram efetuadas as reclassificações entre curto e longo prazo.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Controladora					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
Demonstração do resultado						
Despesas de vendas	(626)	-	(626)	(349)	-	(349)
Despesas administrativas	(876.355)	503.395	(372.960)	(1.284.584)	461.445	(823.139)
Resultado de equivalência patrimonial	680.643	(350.403)	330.240	712.092	(1.246.835)	(534.743)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(56.695)	-	(56.695)	119	-	119
Subtotal	(253.033)	152.992	(100.041)	(572.722)	(785.390)	(1.358.112)
(Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(253.033)	152.992	(100.041)	(572.722)	(785.390)	(1.358.112)
(Despesas) financeiras, líquidas	(1.081.313)	-	(1.081.313)	(734.435)	-	(734.435)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.334.346)	152.992	(1.181.354)	(1.307.157)	(785.390)	(2.092.547)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição diferidos	594.577	(171.154)	423.423	529.923	(156.891)	373.032
(Prejuízo) do exercício	(739.769)	(18.162)	(757.931)	(777.234)	(942.281)	(1.719.515)
(Prejuízo) por ação – básico e diluído	(0,10)		(0,10)	(0,11)	(0,14)	(0,25)

(i) Ajustes decorrentes dos impactos no resultado das controladas, advindos da remensuração de contratos pelo IFRS 17 (CPC 50).

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração do resultado						
Receita líquida de serviços prestados	27.383.408	(26.415.390) (i)	968.018	23.748.803	(22.761.227) (i)	987.576
Receita de seguros	-	26.801.772 (i)	26.801.772	-	22.824.151 (i)	22.824.151
Custos dos serviços prestados	(20.314.699)	18.448.998 (ii)	(1.865.701)	(18.093.707)	15.884.691 (ii)	(2.209.016)
Despesa de seguros	-	(22.864.213) (ii)	(22.864.213)	-	(21.603.850) (ii)	(21.603.850)
Lucro bruto	7.068.709	(4.028.833)	3.039.876	5.655.096	(5.656.235)	(1.139)
Despesas de vendas	(2.083.280)	1.798.651 (ii)	(284.629)	(1.820.449)	1.568.755 (ii)	(251.694)
Despesas administrativas	(4.391.220)	2.720.687 (ii)	(1.670.533)	(4.542.423)	2.514.386 (ii)	(2.028.037)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	86.943	-	86.943	551.909	-	551.909
Subtotal	(6.387.557)	4.519.338	(1.868.219)	(5.810.963)	4.083.141	(1.727.822)
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	681.152	490.505	1.171.657	(155.867)	(1.573.094)	(1.728.961)
(Despesas) financeiras, líquidas	(1.354.870)	(518.024)	(1.872.894)	(1.291.942)	145.394	(1.146.548)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(673.718)	(27.519)	(701.237)	(1.447.809)	(1.427.700)	(2.875.509)
Imposto de renda e contribuição social	(66.174)	9.357	(56.817)	671.970	485.419	1.157.389
(Prejuízo) das operações continuadas do exercício	(739.892)	(18.162)	(758.054)	(775.839)	(942.281)	(1.718.120)
Lucro das operações descontinuadas do exercício	645	-	645	-	-	-
(Prejuízo) do exercício	(739.247)	(18.162)	(757.409)	(775.839)	(942.281)	(1.718.120)
Prejuízo) por ação – básico e diluído	(0,10)		(0,10)	(0,11)	(0,14)	(0,25)

(i) As receitas de seguros, de acordo com o IFRS 4 (CPC 11), eram apresentadas na rubrica de receita líquida de serviços prestados, na mesma linha que são apresentadas as receitas provenientes do IFRS 15 (CPC 47). A partir da adoção do IFRS 17 (CPC 50), as receitas de contratos de seguros passaram a ser apresentadas na rubrica Receita de seguros.

(ii) De acordo com o IFRS 17 (CPC 50), as despesas alocadas aos contratos de seguro como despesas administrativas, despesas de vendas, bem como as despesas de sinistros, são apresentadas na rubrica de Despesa de seguros.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
Demonstração dos fluxos de caixa						
(Prejuízo) do exercício	(739.769)	(18.162)	(757.931)	(777.234)	(942.281)	(1.719.515)
Ajustes reconciliação ao (prejuízo) com o caixa						
Depreciação e amortização	738.237	(503.395)	234.842	766.674	(461.445)	305.229
Resultado de equivalência patrimonial	(680.643)	350.403	(330.240)	(712.092)	1.246.835	534.743
Tributos diferidos	(594.577)	171.154	(423.423)	(529.923)	156.891	(373.032)
Demais movimentações de ajuste ao (prejuízo)	1.173.770	-	1.173.770	1.144.805	-	1.144.805
Subtotal	(102.982)	-	(102.982)	(107.770)	-	(107.770)
Variações das contas do ativo e passivo						
Demais movimentações das atividades operacionais	12.724	-	12.724	(104.634)	-	(104.634)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(90.258)	-	(90.258)	(212.404)	-	(212.404)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento	(470.386)	-	(470.386)	(403.598)	-	(403.598)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	1.415.393	-	1.415.393	613.869	-	613.869
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	854.749	-	854.749	(2.133)	-	(2.133)

(i) Ajustes decorrentes dos impactos no resultado das controladas, advindos da remensuração de contratos pelo IFRS 17 (CPC 50).

Demonstração dos fluxos de caixa	Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Original	Ajuste (i)	Reapresentado	Original	Ajuste (i)	Reapresentado
(Prejuízo) do exercício	(739.247)	(18.162)	(757.409)	(775.839)	(942.281)	(1.718.120)
Ajustes reconciliação ao (prejuízo) com o caixa						
Depreciação e amortização	1.915.465	(503.395)	1.412.070	1.981.288	(461.445)	1.519.843
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(22.714)	22.714	-	47.545	(47.545)	-
Provisão para perdas sobre créditos	550.175	(510.532)	39.643	424.837	(387.741)	37.096
Amortização de despesas de comercialização diferidas	664.417	(664.417)	-	645.690	(645.690)	-
Tributos diferidos	(124.539)	(9.357)	(133.896)	(694.551)	(485.419)	(1.179.970)
Demais movimentações de ajuste ao (prejuízo)	1.985.097	-	1.985.097	1.509.458	-	1.509.458
Subtotal	4.228.654	(1.683.149)	2.545.505	3.138.428	(2.970.121)	168.307
Variações das contas do ativo e passivo						
Contas a receber de clientes	(662.904)	559.569	(103.335)	(886.997)	822.634	(64.363)
Ativos de contratos de seguro	-	1.091.360	1.091.360	-	1.533.778	1.533.778
Outros ativos	86.667	(26.294)	60.373	185.361	(778.157)	(592.796)
Despesa de comercialização diferida	(643.625)	643.625	-	(746.251)	746.251	-
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	389.140	(389.140)	-	150.254	(150.254)	-
Débitos de operações de assistência à saúde	43.094	(43.094)	-	1.410	(1.410)	-
Fornecedores	(124.577)	(33.156)	(157.733)	(29.060)	(142.962)	(172.022)
Passivo de contratos de seguros	-	(389.241)	(389.241)	-	1.161.285	1.161.285
Outras contas a pagar	74.552	269.520	344.072	(156.750)	(221.044)	(377.794)
Demais movimentações das atividades operacionais	(1.060.140)	-	(1.060.140)	(684.488)	-	(684.488)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais continuadas	2.330.861	-	2.330.861	971.907	-	971.907
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais descontinuadas	3.805	-	3.805	-	-	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	2.334.666	-	2.334.666	971.907	-	971.907
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento continuadas	(848.465)	-	(848.465)	2.099.888	-	2.099.888
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento descontinuadas	(29.167)	-	(29.167)	-	-	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento	(877.632)	-	(877.632)	2.099.888	-	2.099.888
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento continuadas	(1.286.775)	-	(1.286.775)	(2.151.136)	-	(2.151.136)

Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento descontinuadas	8.666	-	8.666	-	-	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(1.278.109)	-	(1.278.109)	(2.151.136)	-	(2.151.136)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações continuadas	195.621	-	195.621	920.659	-	920.659
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas	(16.696)	-	(16.696)	-	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	178.925	-	178.925	920.659	-	920.659

(i) Ajustes decorrentes dos impactos advindos da remensuração de contratos das controladas da Companhia pelo IFRS 17 (CPC 50) e os respectivos efeitos em seus ativos, passivos e resultados.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Com relação às DFs CPC 50, no contexto acima mencionado, a administração ressalta que o respectivo relatório dos auditores independentes em relação exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 possui a ênfase abaixo:

"Chamamos a atenção para a Nota 2.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a atualização e reapresentação das demonstrações financeiras originalmente emitidas em 28 de março de 2024, devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Emitimos nosso relatório de auditoria original com data de 28 de março de 2024, com opinião adversa sobre as referidas demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na referida nota, fornecemos este novo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras reemitidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Comentários da Administração sobre as ênfases apresentadas:

Em função da aplicação inicial do IFRS 17 (CPC 50) a partir de 01 de janeiro de 2023, a Companhia reapresentou os seus saldos comparativos. Os impactos da nova norma nas demonstrações contábeis históricas da Companhia são relevantes e, em atendimento ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, as cifras comparativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e os saldos ajustados na transição em 01 de janeiro de 2022 foram reapresentadas e reemitidas assim como exige este CPC. Os ajustes correspondentes à adoção inicial da norma e seus efeitos nos períodos comparativos podem ser observados neste item 2.3.

2.4 – Efeitos relevantes: os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve a introdução de qualquer segmento operacional da Companhia. Houve, por outro lado, alienação do conjunto de empresas do grupo que atuava em tecnologia da informação relacionada à saúde, operação esta descrita abaixo, no item 2.4 (b) (vii) em “Venda Maida Health”.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **Aquisições, alienações e associações concluídas:**

É parte da estratégia da Companhia a expansão de sua operação por meio de aquisição e combinação de negócios. Os movimentos mais relevantes nos referidos períodos estão abaixo descritos.

Vale ressaltar que os diretores acreditam que a consolidação dos números das empresas adquiridas nas demonstrações financeiras da Companhia ocasiona aumento dos seus ativos e passivos e patrimônio líquido. Em termos de demonstração de resultados, as empresas adquiridas costumam trabalhar com níveis de sinistralidade mais altos, e, conseqüentemente, margens mais baixas. Assim, num primeiro momento as margens da Companhia são impactadas negativamente, o que, a posteriori, com o trabalho de verticalização, integração de sistemas, centralização de processos e captura de sinergias as margens das empresas adquiridas passam a convergir aos patamares de margem esperados pelos diretores em linha com o modelo de negócios da Companhia.

2022

(i) Aquisição grupo Promed

Em setembro de 2020, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Ultra Som), assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição de 100% da participação societária do grupo Promed, por meio de sua holding, Vida Saúde Gestão S.A. (Vida Saúde). O grupo Promed era formado por 3 operadoras de saúde, a Promed Assistência Médica Ltda., a Promed Brasil Assistência Médica Ltda., e a Saúde – Sistema Assistencial Unificado de Empresas Ltda., além de 3 hospitais, 1 hospital-dia e 7 clínicas, detidos pelas seguintes empresas: Centro Médico Progroup Ltda., Med Clínicas Serviços Médicos Ltda., Hospital Progroup Ltda. e Hospital Vera Cruz S.A.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovada a incorporação de ações de emissão da Vida Saúde pela Ultra Som e, em ato imediatamente subsequente, a incorporação de ações de emissão da Ultra Som pela Companhia, resultando na entrega de 41.640.220 ações ordinárias de emissão da Companhia aos atuais acionistas da Vida Saúde e concluindo, assim, a aquisição do grupo Promed. Em janeiro de 2022, a Vida Saúde foi incorporada pela Ultra Som, dando início ao processo de efetiva integração do grupo Promed à Hapvida. Em dezembro de 2022, como parte do processo de reestruturação societária, as operadoras do grupo Promed foram incorporadas pela Hapvida Assistência Médica S.A. (HAM), enquanto as demais empresas, assistenciais, foram incorporadas pela Ultra Som, de forma que, nesta data, se encontram integradas ao grupo Hapvida.

(ii) Combinação de negócios com o grupo Notre Dame Intermédica

Em janeiro de 2021, com vistas a consolidar sua posição de liderança no mercado, bem como a promover sua expansão em áreas geográficas estratégicas para o crescimento futuro, a Companhia apresentou à Notre Dame Intermédica Participações S.A., operadora de saúde com um modelo de negócios vertical e similar ao da Companhia, proposta não vinculante para uma potencial combinação de negócios. Em março de 2021, a transação foi aprovada pelos acionistas da Companhia e da Notre Dame Intermédica Participações S.A. em suas respectivas assembleias gerais, sob condição suspensiva, em razão da necessidade de aprovação da operação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Tais aprovações foram obtidas em junho de 2021 e dezembro de 2021, respectivamente.

A operação foi consumada em 11 fevereiro de 2022, tendo ocorrido a efetiva combinação de negócios, com o encerramento da negociação das ações da Notre Dame Intermédica Participações S.A. na B3.

(iii) Aquisição Viventi Hospital Asa Sul Ltda. (Viventi)

Em dezembro de 2021, por meio de sua subsidiária integral Ultra Som, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição de 100% do capital votante da empresa Viventi. A Viventi possui contrato de locação pelo período de 30 anos de um hospital localizado em área nobre da Asa Sul de Brasília (DF), região Centro-Oeste do país, e é detentora das licenças de operação do referido hospital. A incorporação do hospital ocorreu em 01 de outubro de 2022.

(iv) Aquisição CCG Participações S.A.

Em janeiro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas, concluiu a aquisição do CCG Saúde (Centro Clínico Gaúcho), uma das principais operadoras verticalizadas no estado do Rio Grande do Sul, e que conta com uma carteira de 171 mil beneficiários de planos de saúde, localizados principalmente na região metropolitana de Porto Alegre, além de 5,1 mil beneficiários de planos odontológicos.

Em 2021, o Centro Clínico Gaúcho inaugurou o Hospital Humaniza, localizado em região estratégica na cidade de Porto Alegre, que conta com 110 leitos e potencial de expansão para 220 leitos.

Conta também com uma rede própria que inclui 20 centros clínicos, 13 unidades de coleta de análises clínicas (Laboratório Marques D'Almeida), além de uma ampla gama de serviços aos beneficiários, como medicina preventiva, programa de assistência domiciliar e telemedicina 24 horas.

2023

(v) Aquisição grupo HB Saúde

Em julho de 2021, a Companhia celebrou com a diretoria do grupo HB Saúde uma proposta vinculante para a aquisição de até 100% do grupo HB Saúde de São José do Rio Preto (SP). O grupo HB Saúde está localizado majoritariamente nos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol, em São Paulo.

A operadora do grupo HB Saúde conta com uma carteira de cerca de 129 mil beneficiários de planos de saúde com 72% de planos coletivos e com 25,0 mil beneficiários de planos odontológicos. O preço inicial da aquisição era de R\$ 450 milhões, mas em setembro de 2021 houve uma proposta de aquisição realizada por outra operadora de saúde, tendo a proposta sido majorada para R\$ 650 milhões. Em assembleia geral de acionistas ocorrida em 23 de setembro de 2021, a nova proposta foi aceita por

59% dos acionistas do grupo HB Saúde. A operação foi concluída em 02 de janeiro de 2023.

(vi) Venda São Francisco Resgate

Em 13 de maio de 2023, a Companhia celebrou contrato para a venda da São Francisco Resgate, subsidiária integral da Companhia, para a ELO Conservação e Manutenção de Infraestrutura.

Pelos termos acordados, o *enterprise value* da transação foi de R\$ 159,0 milhões, sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares. A venda contribuiu para que a Companhia priorizasse sua estratégia, especialmente na otimização de seus recursos para verticalização e integração com o grupo NotreDame Intermédica.

(vii) Venda Maida Health

Em 27 de outubro de 2023, a Companhia anunciou a venda da Maida Health Participações Societárias S.A., controlada indireta da Companhia, para a MV Sistemas SP Ltda. Essa transação concluiu o processo de alienação de negócios não core da Companhia.

Pelos termos acordados, o *enterprise value* desta transação foi de R\$ 26,7 milhões, sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares, além de potenciais parcelas adicionais anuais (earn-out) a serem precificadas ao longo dos próximos 5 anos. A conclusão foi condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

(viii) Termo de Acordo e Outras Avenças entre Ultra Som Serviços Médicos S.A., controlada da Companhia, (Ultra Som) e determinados vendedores do grupo Promed

Foi celebrado em 14 de agosto de 2023 o acordo decorrente de negociações relacionadas à operação de aquisição do grupo Promed, em continuidade ao já divulgado pela Companhia em fato relevante de 8 de setembro de 2020. O acordo incluiu a transferência (dação em pagamento), em favor da Ultra Som, de 5.730.880 ações de emissão da Companhia detidas pelos vendedores do grupo Promed; e a alienação, pela Ultra Som, de 18.730.000 ações de emissão da Companhia a determinados vendedores do grupo Promed, com a entrega condicionada ao cumprimento integral dos termos do acordo pelas contrapartes da Ultra Som, em conformidade com o § 1º do artigo 4º da Resolução CVM nº 77/22, tendo em vista o preço de R\$ 5,23 por ação, obtido no fechamento do pregão imediatamente anterior à celebração do acordo (11 de agosto de 2023).

• Aquisições em andamento ou sujeitas à aprovação das autoridades regulatórias:

Nesta data, a Companhia não possui aquisições em andamento ou sujeitas à aprovação das autoridades regulatórias.

Por oportuno, ressalta-se que as seguintes aquisições não foram concluídas:

(i) Esmale Assistência Internacional de Saúde (Smile)

O tribunal administrativo do Cade, em sessão de julgamento de 10 de maio de 2023, reprovou a implementação da transação (referido julgamento foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2023).

(ii) Sistema e Planos de Saúde Ltda. (Sistemas)

Em 5 de outubro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição de 100% do capital votante da Sistemas e Planos de Saúde Ltda. pela sua subsidiária integral Notre Dame Intermédica Saúde S.A. Em 19 de outubro de 2023, as partes chegaram a um consenso, decidindo pelo não fechamento da operação, através da assinatura de instrumento particular de distrato e outras avenças.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que não tenham sido reportados na seção 2.1 (h) e que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia divulgou as medições não contábeis abaixo, sempre calculadas conforme as normas do IFRS 4 (CPC 11). A Companhia avaliará se manterá a divulgação de tais medições não contábeis sob as normas do IFRS 17 (CPC 50). A decisão de avaliar a manutenção dessa divulgação decorre do fato de que a divulgação dessas medições, calculadas conforme as normas do IFRS 17 (CPC 50), seria substancialmente diferente do divulgado nos termos do IFRS 4 (CPC 11), haja vista que as rubricas que compunham o lucro líquido nos termos do IFRS 4 (CPC 11) e que eram usadas para os ajustes aplicáveis às referidas medições não contábeis, não existem mais nos termos do IFRS 17 (CPC 50). Dessa forma, a Companhia avaliará se essa divulgação no âmbito da nova norma continuaria permitindo aos investidores a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Neste contexto, as informações nestes itens 2.5 (a), (b) e (c) baseiam-se exclusivamente nas normas do IFRS 4 (CPC 11).

(Em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022
Ebitda	2.810.313	2.031.416
Margem Ebitda	10,3%	8,6%
Ebitda Ajustado	2.932.395	2.517.732 ⁴
Margem Ebitda Ajustada	10,7%	10,6%

⁴ Com relação aos números de 2022, a Companhia esclarece que, conforme detalhado no seu *release* de resultados, essa medição considera o impacto positivo de R\$ 417,4 milhões, no 3º trimestre, e de R\$ 87,2 milhões, no 4º trimestre, referentes ao ressarcimento de despesas de empresas adquiridas.

Ebitda, Ebitda Ajustado, Margem Ebitda e Margem Ebitda Ajustada

O Ebitda (sigla para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou Lajida (Lucros antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (Resolução CVM 156), conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem Ebitda é calculada pelo Ebitda dividido pela Receita Líquida de serviços e vendas. A Margem Ebitda Ajustada é calculada pelo Ebitda Ajustado dividido pela Receita Líquida de serviços e vendas.

O Ebitda Ajustado é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156. Este considera o Ebitda e exclui os efeitos (i) do *impairment* referente a venda da São Francisco Resgate Ltda.; e (ii) dos planos de remuneração de longo prazo baseados em ações da Companhia (SOPs, *Stock Grant* ou PPD e Plano de Ações Virtuais, conforme definidos no item 8.4 do formulário de referência) pois não afetam o resultado operacional da venda de planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica e possuem efeitos não-caixa.

A Companhia acredita que tais ajustes aplicados na apresentação do Ebitda Ajustado são apropriados para fornecer informação adicional aos investidores sobre outros itens que contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa da Companhia.

O Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa, tais como o impacto na remuneração da alta gestão da Companhia (conselheiros, diretores estatutários e não estatutários).

O Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, não devendo ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, nem como medida operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou, ainda, como medidas de liquidez, tampouco devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

O Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada não possuem significado padrão e a suas definições podem não ser comparáveis com as definições de Ebitda, Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada utilizadas por outras companhias.

O Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização.

Embora o Ebitda possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o Ebitda divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao Ebitda divulgado por outras sociedades.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Ebitda, do Ebitda Ajustado e da Margem Ebitda com os valores das demonstrações financeiras da Companhia elaboradas conforme o IFRS 4 (CPC 11):

(Em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido	(739.247)	(775.839)
(+) Depreciação e amortização	2.128.516	2.187.283
(+/-) Resultado financeiro líquido	1.354.870	1.291.942
(+) Imposto de renda e Contribuição social	(66.174)	(671.970)
Ebitda	2.810.313	2.031.416
Receita líquida de vendas	27.383.408	23.748.803
Margem Ebitda	10,3%	8,6%
Ebitda	2.810.313	2.031.416
(+) Planos de remuneração baseado em ações	61.682	486.316
(+) Venda São Francisco Resgate	60.400	-
Ebitda Ajustado	2.932.395	2.517.732
Margem Ebitda Ajustada	10,7%	10,6%

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que, sob as normas do IFRS 4 (CPC 11), o Ebitda, o Ebitda Ajustado, a Margem Ebitda e a Margem Ebitda Ajustada permitem a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o seu desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa, tais como o impacto na remuneração da alta gestão da Companhia (executivos estatutários e não estatutários).

2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Ocorreram os seguintes eventos após 31 de dezembro de 2023, data base das últimas demonstrações financeiras da Companhia, cuja versão reapresentada para adequação ao IFRS 17 (CPC 50) foi emitida e divulgada em 13 de maio de 2024:

(i) *Debêntures – pagamento antecipado*

Em 05 de janeiro de 2024, a Companhia realizou o pagamento antecipado da 4ª emissão de debêntures da Hapvida Participações e Investimentos S.A. (HAPV14), emitida em 24 de fevereiro de 2022, no montante total de R\$ 841,3 milhões.

(ii) *Venda da Maida Health Participações Societárias S.A. e suas controladas – Conclusão (closing) da operação*

Em 01 de fevereiro de 2024, a controlada BCBF Participações S.A. assinou o Termo de Fechamento da operação de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com a compradora MV Sistemas SP Ltda. para a venda da subsidiária integral Maida Health Participações Societárias S.A. e suas controladas Maida Infoway Tecnologia e Gestão em Saúde Ltda.; Maida Haptch Soluções Inteligentes Ltda.; Lifeplace Maida Ltda.; e Tercepta Consultoria em Informática Ltda.

Pelos termos acordados, o *enterprise value* da transação é de R\$ 26,7 milhões, sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares, além de potenciais parcelas adicionais anuais (*earn-out*) a serem precificadas ao longo dos próximos 5 anos. A transação está inserida no contexto de otimização e fortalecimento da estrutura de capital da Companhia bem como maior foco em seu core business.

(iii) *Novo programa de recompra de ações*

Em 15 de fevereiro de 2024, em reunião do conselho de administração, foi aprovado um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia. O novo programa tem por finalidade maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da sua estrutura de capital. Poderão ser adquiridas até 200 milhões de ações pelo período de 18 meses.

(iv) *Novo plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa*

Em 01 de janeiro de 2024, entrou em vigor o novo Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa, aprovado pelo conselho de administração da Companhia.

O plano contempla um total de 62.850.000 ações e tem por objetivo conceder aos beneficiários o direito de receber premiação correspondente a um valor referenciado no preço das ações da Companhia, líquido de quaisquer tributos, visando promover: (a) a atração e retenção dos beneficiários na Companhia com foco em sua permanência e desenvolvimento de longo prazo; (b) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo plano; e (c) a valorização das ações e o potencial de crescimento da Companhia.

(v) *Reestruturação societária - incorporação BCBF Participações S.A.*

Em 28 de março de 2024, se tornaram vigentes os efeitos das deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, sendo aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação para incorporação da controlada BCBF Participações S.A. pela também controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente.

(vi) *7ª Emissão de Debêntures – Companhia*

Em 06 de maio de 2024, o conselho de administração da Companhia aprovou a realização da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, no valor total de R\$ 1.000.000.000,00, conforme detalhado no item 12.3 do formulário de referência da Companhia.

A emissão foi realizada em série única, sendo que as Debêntures fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Taxa DI), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,60% ao ano, base 252 dias úteis e têm vencimento em 2031, com amortizações anuais em 10 de maio de 2029, 2030 e 2031.

Os recursos líquidos captados serão utilizados para reperfilamento do passivo financeiro da Companhia.

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
a. regras sobre retenção de lucros	<p>(i) No mínimo, 5% dos lucros líquidos do exercício social deverão ser destinados à reserva legal, que não excederá 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei das S.A. exceder 30% do capital social.</p> <p>(ii) Importância eventualmente proposta dos órgãos da administração destinada à formação de reserva para contingências e revisão das mesmas reservas formadas em exercício anteriores, na forma prevista no artigo 195 da Lei das S.A.</p> <p>(iii) Após destinação do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas e de eventual saldo remanescente como dividendo ou juros sobre capital próprio, até 100% do valor remanescente será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o saldo de tal reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder valor equivalente ao capital social da Companhia.</p> <p>(iv) Havendo saldo remanescente, este poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser retido com base em orçamento de capital aprovado nos termos da Lei das S.A.</p>
a. i. valores das retenções de lucros	<p>Prejuízos auferidos transferidos a conta de prejuízos acumulados: R\$ 757,9 milhões*</p> <p>Reserva legal: em consequência de apuração de prejuízo, não foi constituída reserva legal.</p> <p>Reserva de lucros para investimentos e expansão: em consequência de apuração de prejuízo, não foi constituída tal reserva.</p> <p>*rúbrica referente ao resultado da Companhia isoladamente.</p>
a. ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva legal: não aplicável em função de prejuízo auferido no exercício.</p> <p>Reserva de lucros para investimentos e expansão: não aplicável em função de prejuízo auferido no exercício</p>
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculado sobre o saldo obtido com deduções e acréscimos referentes a reserva legal e/ou eventual reserva para contingências.</p> <p>Prevía ainda que uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente após constituição da reserva legal, de eventual reserva de contingências e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, poderia, mediante proposta dos órgãos da administração, ser distribuída como dividendos ou juros sobre capital próprio complementares.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A política de distribuição de dividendos prevista no estatuto social segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia levantar demonstrações financeiras semestrais ou em períodos menores, podendo distribuir dividendos intermediários ou intercalares com base em tais demonstrações financeiras, observados os limites legais aplicáveis. Os dividendos intercalares, os dividendos intermediários e o dividendo obrigatório poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. Além disso, em 30 de junho de 2021 foi aprovada "Política de Distribuição de Proventos" que prevê a possibilidade de declaração trimestral de juros sobre capital próprio ou dividendos, a depender de aprovação do conselho de administração da Companhia.</p>

	2023
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
e. política de destinação de resultados	O próprio estatuto social da Companhia prevê as principais regras pertinentes à destinação de resultados, tendo sido aprovada ainda " <i>Política de Distribuição de Proventos</i> " pelo conselho de administração em 30 de junho de 2021. A referida política está disponível no <i>site</i> de relações com investidores da Companhia: https://ri.hapvida.com.br/ .

2.8 – Itens não evidenciados: os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não há ativos e passivos, sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

iii. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia investiu R\$ 168,3 milhões e R\$ 523,7 milhões em aquisição de imobilizado e R\$ 243,8 milhões e R\$ 212,3 milhões em aquisição de intangíveis, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia tem como principal objetivo em 2024 utilizar os recursos provenientes de geração de caixa operacional para:

• **Manutenção e expansão das instalações existentes**

Serão mantidos os investimentos na melhoria contínua da estrutura de unidades que já estão em operação, contemplando ampliação e/ou modernização das instalações físicas dos hospitais, unidades de diagnóstico por imagem, laboratórios, pronto atendimentos e clínicas, gerando expansão da capacidade de atendimento dos clientes mediante abertura de novos leitos, consultórios e postos de coleta e, conseqüentemente, resultando na aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares para uso nos novos espaços inaugurados.

• **Ampliação da infraestrutura própria de atendimento**

A Companhia prevê a abertura de novos hospitais como forma de aumentar a verticalização dos atendimentos, principalmente nas regiões em que a Companhia recentemente realizou aquisições e naquelas onde os níveis de verticalização ainda são baixos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento da Companhia provém da sua geração de caixa operacional e de eventuais transações de captação no mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nesta data, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Nesta data, a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Nos termos do item 1.16 do formulário de referência, a Companhia tem estratégia ASG estruturada e desenvolve iniciativas ligadas às referidas temáticas. Adicionalmente, e guiada por sua estratégia ASG, a Companhia vem avaliando novas oportunidades conectadas a tais questões que venham a implicar em inovações materiais em seu plano de negócios, as quais serão devidamente divulgadas neste item quando definidas.

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.